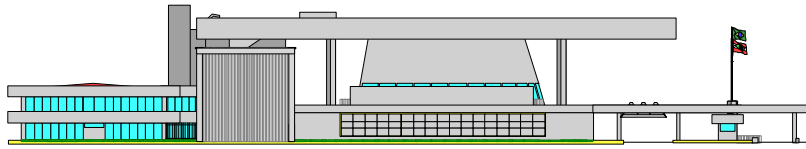


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE NOVEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.575

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta

1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelcor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 969**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 008ª Sessão Especial
realizada em 26/10/1998 2
Ata da 114ª Sessão Ordinária
realizada em 27/10/1998 9

Atos da Mesa Diretora

Resoluções DP 19

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria 19
Atas das Comissões
Permanentes 20
Decretos Legislativos 21
Ofícios 22
Portarias 22
Projetos de Lei 23

P L E N Á R I O

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 26 DE OUTUBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em homenagem ao ex-Governador do Estado, Senador Vilson Kleinübing, cujo falecimento ocorreu em 23 de outubro do corrente mês, deixando toda Santa Catarina

enlutada.

Convidamos para fazer parte da mesa dos trabalhos os filhos do Senador, João Paulo e Eduardo.

Inicialmente, deixaremos a palavra livre aos representantes das Bancadas, posteriormente aos demais Srs. Deputados, por até dez minutos. Se necessário, a Presidência poderá prorrogar o prazo.

Concedo a palavra inicialmente ao nobre Deputado Francisco Küster, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, que falará em nome da Bancada do PSDB.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, João Paulo e Eduardo Kleinübing, em nome do meu Partido assomo à tribuna nesta oportunidade para falar um pouco de uma pessoa que deu muito de si quando em vida em favor da causa pública.

Vilson Kleinübing vai deixar, sem sombra de dúvida, por muito tempo, uma lacuna, um espaço que não vai ser ocupado tão rapidamente por uma outra pessoa na dedicação à causa pública.

Há pouco, por telefone, o Senador Teotônio Vilela ainda comentava o papel que exercia Vilson Kleinübing no Senado da República. Aí eu aumentei um pouco a conversa em torno da figura deste homem

público que nos deixou. Falei da exitosa administração dele em meteórica passagem por Blumenau, que marcou muito mesmo, já que não tinha até então identidade maior com o Município.

Quando Secretário da Agricultura, Vilson Kleinübing levou adiante ousados programas e projetos que criou. Depois, no Governo do Estado, no seu estilo próprio de governar, ousou encarar alguns desafios para sanear o Estado, e mais tarde foi Senador da República. Era, sem sombra de dúvida, um obstinado.

Eu quero dizer ao João e ao Eduardo, que têm mais um irmão, o Diogo, que transmitam à D. Vera a mais sincera solidariedade, ao lado da declaração pública do reconhecimento pelo tanto que ele fez pelo nosso Estado e pela causa pública.

O que é vida pública e vida particular, privada? O cidadão, na vida particular, no universo das limitações da sua individualidade, fora da vida pública, tudo pode, principalmente num Estado democrático, mas na vida pública a coisa é diferente, a pessoa se submete a normas, regras e, via de regra, rígidas. Ele se rege por leis e pela própria Constituição.

Ninguém é forçado a seguir a vida pública, fazemos isso por opção ou convocação

da sociedade. Uma vez no exercício da vida pública, temos que revelar o caráter, a competência, a criatividade e acima de tudo a fidelidade ética, dada a abrangência do que é público. O que é público se relaciona com a sociedade na sua inteireza. É preciso muita responsabilidade, e o cidadão contemporâneo, a sociedade contemporânea, cobra com muito afinho esta lealdade e esta fidelidade.

Vilson Kleinübing deixou como legado para nós, políticos, homens públicos que fizemos esta opção, um excelente exemplo, um exemplo a ser seguido, porque está na vida pública por vocação ou por convocação para qualquer missão.

Por isso, João Paulo e Eduardo, ele, que partiu desta vida, que é transitória, que hoje já integra o plano superior, o plano do Criador, por certo já tinha uma missão lhe aguardando. Se fez bem aqui, haverá de fazer melhor lá.

Ao encerrar, quero dizer que vocês devem se orgulhar. E o celebrante, quando nós aqui estávamos, dizia: "a saudade judia muito", mas vocês devem transformá-la, mesmo na hora da angústia, da dor, da saudade, nas lembranças das coisas boas e do reconhecimento público do bem que ele fez. Vocês devem se orgulhar.

Eu deixo aqui esse registro de solidariedade a vocês e, por extensão, à toda família, D. Vera, irmão e noras.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedemos a palavra ao Sr. Deputado João Henrique Blasi, que falará em nome da Bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, prezados filhos do finado Senador e ex-Governador Vilson Kleinübing, senhores e senhoras, o episódio havido na última sexta-feira deve nos levar antes e acima de tudo a uma reflexão sobre o sentido da vida, sobre a vida com seus mistérios infindáveis, com as suas armadilhas fatais, com as suas incompreensões. Deve nos levar também a refletir sobre a fragilidade do homem, sobre a nossa missão terrena e até mesmo sobre a vacuidade do poder. Com certeza, se pararmos para assim refletir, haveremos de concordar com que diziam os latinos quando falavam: *vida mutatur non tollitur*, ou seja, a morte não é o fim, é apenas uma mudança. É assim que deve ser, com certeza só pode ser assim.

Aos olhos dos que descreem, a morte é o fim, mas aos olhos daqueles que acreditam na eternidade, é, como disse há pouco o Deputado Francisco Küster, apenas uma passagem, dura, de difícil compreensão para pessoas como nós, finitas ante os desígnios de Deus, que são, sem sombra de dúvida, infinitos.

Muitas lágrimas marcaram a solenidade, as exéquias que foram feitas aqui nesta Casa, o cortejo que se seguiu até o Jardim da Paz. Em todos os quadrantes de Santa Catarina pessoas verteram as suas lágrimas, as lágrimas que nenhuma força humana querendo consegue estancar, que simboliza, antes e acima de tudo, o apreço do povo catarinense a um homem público que soube ser, em todas as missões que lhe foram atribuídas, digno da missão que recebeu.

Fica, então, neste momento, Sr. Presidente, assinalado em nome do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do qual o Senador, o ex-Governador nunca fez parte, sempre foi adversário, o reconhecimento do nosso pesar mais sentido, a nossa manifestação de amargura mais profunda em ver tolhido, ainda nos albos da vida, alguém que muito deu e muito poderia dar ainda em prol da causa pública de Santa Catarina.

Se pudéssemos buscar uma palavra para definir a personalidade e a missão terrena do Senador Vilson Kleinübing, esta seria, sem sombra de dúvida, a palavra obstinação ou o seu sinônimo perseverança. Assim foi e assim fez! E se fez forte, mesmo na fraqueza e na debilidade do seu corpo em razão de uma doença insidiosa, que ele, inteligente como era, sabia que mais cedo ou mais tarde haveria de vencê-lo, mas lutou com dignidade e assim foi até a última hora.

Por isso, Sr. Presidente, esta é a homenagem sentida que o PMDB de Santa Catarina presta ao falecido e pranteado Senador Vilson Kleinübing.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Ideli Salvatti, que falará em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e, de forma muito especial, filhos do Senador Vilson Kleinübing, não tive a oportunidade de participar das exéquias aqui na Assembleia Legislativa ao Senador e ex-Governador de Santa Catarina. Estava viajando e não tive condições de retorno. Mas pedi à minha Bancada que me concedesse a palavra em nome do Partido dos Trabalhadores para que no dia de hoje pudesse colocar algumas questões que considero imprescindíveis com relação à vida de Vilson Kleinübing.

Da Bancada do PT talvez eu seja a pessoa que mais teve oportunidade de convivência, relacionamento, pois no período em que Vilson Kleinübing exerceu o Governo de Santa Catarina eu presidia o Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Durante o seu Governo nós realizamos inúmeras greves, inúmeras. Cinco ou seis, se não me falha a memória.

Durante todo esse período de Governo e de períodos conturbados de greve, tive muitas oportunidades de estar frente a frente com Vilson Kleinübing, buscando uma solução para o impasse criado durante as negociações.

Não foi uma ou duas vezes que fomos recebidos, tarde da noite, na residência oficial, na Agronômica, tentando buscar uma saída quando o impasse se tornava sem qualquer vislumbre de solução. Naqueles momentos Vilson Kleinübing era uma pessoa muito dura, muito contundente nas suas opiniões, na sua convicção política, no projeto político que defendeu durante toda sua vida pública, mas sempre nos tratou, enquanto sindicalistas, com todo o respeito que uma entidade sindical tem que ter perante um governante. Nunca, nem pessoalmente, nem partidariamente, fui desqualificada pelo Governador Vilson Kleinübing. Contundentemente ele dizia que não. Nós buscávamos a saída, e muitas vezes saímos desanimados, saímos contrariados com o processo de negociação, mas nunca indignados com o tratamento recebido numa mesa que tem dois lados, duas opiniões, duas visões contraditórias, muitas vezes.

O outro período que eu tive a oportunidade de conviver com o Senador foi durante a CPI das Letras, quando nós a presidimos nesta Casa. Em nível da CPI do Congresso Nacional, Vilson Kleinübing foi um dos Senadores mais proeminentes, mais ativos no sentido das denúncias, da apuração dos fatos.

Também nesta ocasião, mesmo estando realizando um trabalho de parceria na investigação, o respeito como adversários políticos sempre foi mantido. O Senador inúmeras vezes ligava diretamente para o nosso gabinete, para o nosso celular solicitando

documentos, informações. E nós também inúmeras vezes tivemos a oportunidade de ir pessoalmente ao seu gabinete, em Brasília, para conversar pessoalmente ou mesmo por telefone, e sempre fomos extremamente bem atendidos, respeitosamente atendidos.

Então, eu gostaria, nesta sessão de hoje que registra toda a sua vida política, todo o sentimento que toma posse do nosso Estado, de deixar claro, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o respeito ao adversário Vilson Kleinübing, porque ele, tanto como Governador do Estado como Senador, foi uma pessoa que teve respeito absoluto por todos aqueles que, divergindo das suas opiniões, do seu projeto político, estavam na vida pública também buscando o melhor para o nosso Estado e para os catarinenses.

Então, quero hoje deixar registrado nesta sessão, em nome do Partido dos Trabalhadores, o sentimento de respeito profundo a quem soube sempre respeitar.

Muito agradecida!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos, que falará em nome da Bancada do PPB.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, João Paulo; Eduardo; Gilberto Kleinübing, seu amigo de todas as horas Ênio Branco; senhores da imprensa.

Para mim é uma missão muito difícil fazer uma homenagem ao ex-Governador, ao ex-Senador, ao ex-Deputado Federal, ao ex-Diretor da Celesc de Santa Catarina no instante em que no último dia 23 todos os depoimentos dados por companheiros políticos, por adversários políticos enalteciam a figura de um Senador que se notabilizou pela determinação, pela luta no controle das coisas do Estado e do País.

O Senador Roberto Requião, seu adversário político, disse de maneira absolutamente sincera que era Vilson Kleinübing o seu grande amigo no Senado e que era Vilson Kleinübing o maior Senador neste último mandato.

O Vilson era um homem convincente. E nós recordamos muito bem, quando demos sustentação ao seu Governo nesta Casa, quando encaminhou à Assembleia Legislativa, talvez, o mais polêmico dos projetos, que era o Plano de Modernização do Governo do Estado. Naquela oportunidade, convenceu um a um daqueles que não queriam implementar na plenitude aquele programa de Governo.

Recordo-me que na primeira reunião, quando colocava o seu programa, vários Deputados que lhe davam sustentação não concordaram. Inclusive eu, na época Presidente desta Casa, talvez tenha sido um dos últimos a ser convencido da necessidade daquele programa.

Vilson Pedro Kleinübing tinha algo que nós também não podemos esquecer. Por mais grave que fosse a situação do seu Estado ou por mais grave que fosse o problema vivido, ele nunca deixou - e aqui foi devidamente comprovado pelo depoimento da Deputada Ideli Salvatti - de dialogar com os segmentos que estavam envolvidos no problema.

Vilson Pedro Kleinübing deixa para o Brasil um grande exemplo, o exemplo da determinação, o exemplo de que com o diálogo, com o entendimento, as melhores soluções sempre aparecem.

Sei, Sr. Presidente, que vários outros companheiros do meu Partido querem aqui fazer a sua manifestação, até porque muitos deles trabalharam lado a lado com o ex-Governador e Senador Vilson Pedro Kleinübing,

e afinal de contas esta é uma Casa política, mas não poderia deixar de registrar que foi ele, Vilson Kleinübing, quem restabeleceu o entendimento entre os Partidos Políticos que estavam separados. Ele, com muita convicção e com palavras até certo ponto duras naquele momento, fechou questão em termos de que fosse retornada a coligação, que se tornou vitoriosa nas eleições do dia 4 de outubro. Vilson Pedro Kleinübing teve uma participação decisiva. Chego até a dizer que foi ele, sem dúvida alguma, o pai da Coligação Mais Santa Catarina.

Quero agora, dirigindo-me aos familiares de Vilson Pedro Kleinübing, através de sua esposa, Vera Kleinübing, que sempre deu a ele o amparo necessário nos momentos mais difíceis de sua vida, de seu irmão que aqui está e de seus filhos, dizer que tenham a certeza de que a vida de Vilson Kleinübing só honrou Santa Catarina, só honrou o Brasil, e que a sua substituição é uma tarefa muito difícil, é uma tarefa, podemos afirmar, até impossível, porque a sua convicção e a certeza nos seus projetos é algo que não pode, em momento algum, ser esquecido por todos aqueles que trabalham na administração pública ou que ocupam função eleitoral.

Recebam, pois, todos vocês, em meu nome pessoal e em nome da minha família, o mais sentido respeito pelas lições que foram dadas por esse brilhante Senador brasileiro que, felizmente, dedicou quase toda a sua vida pública para o bem do seu Estado, para o bem da sua gente.

Vilson Pedro Kleinübing deixou para nós grandes lições, que eu espero, independente de coloração política, que todos aprendamos e possamos colocá-las em execução, porque todas elas se voltam para o bem público. Ele, sem dúvida nenhuma, foi um dos grandes percursores da honra, da moral e do respeito ao povo da sua terra.

Cumprimento a todos, esperando que consigam implementar nas suas atividades aquilo que Vilson Kleinübing buscou com muita convicção e com muita certeza: o respeito do povo Brasileiro.

Morre um grande Senador, mas ficam os exemplos que devem ser aprendidos por tantos quantos ocuparem funções na vida pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Registramos a presença nesta sessão especial do irmão do Senador Vilson Kleinübing, Gilberto Kleinübing.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jaime Mantelli, que falará em nome da Bancada do PDT.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Gilberto Kleinübing e prezados filhos do Senador Vilson Kleinübing, temos, neste momento, como muitos tiveram, de sexta-feira para cá, a triste oportunidade de nos pronunciar nos termos que buscam fazer justiça final, derradeira a um cidadão, a um ser humano, a um político que escreveu uma história de maneira inquestionável e de maneira profunda nos anais da política municipalista, na política estadual e na política nacional.

Tudo que aqui foi dito é de mérito, é de direito, faz justiça ao ser humano, ao pai de família, ao político, ao homem público Vilson Pedro Kleinübing.

Em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, em que pesem todas as diferenças ideológicas, gostaria de dizer que temos que reconhecer os valores do Senador Vilson Pedro Kleinübing. Não há

nenhuma diferença dentro da atividade política, dentro da atividade humana que hoje não esteja absolutamente superada pelos méritos daquele que foi, sim, um dos maiores políticos que Santa Catarina já conseguiu produzir.

Vilson Kleinübing, filho adotivo deste Estado, riograndense de nascimento, chegou em Santa Catarina ainda criança, juntamente com sua família.

Vilson Kleinübing ocupou o maior cargo de honra e de prestígio que todo catarinense sonha, almeja, que é ser Governador do Estado. Ele, como forasteiro muito querido, ocupou esse espaço, sem dúvida nenhuma, não por bondade dos catarinenses mas especialmente pela história construída, pela história de vida, de dedicação.

Chegou em Blumenau da mesma forma, como forasteiro, e acabou sendo um dos seus filhos mais queridos. Uma das pessoas que mais orgulhou o Município de Blumenau, a gente de Blumenau, foi exatamente Vilson Kleinübing.

Como representante da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, peço a Deus, na sua infinita bondade, que lhe dê o mesmo sucesso que lhe permitiu aqui na terra em todas as atividades que desempenhou; que lhe dê a tranquilidade e a serenidade de uma vida eterna, de pleno descanso e paz. Assim, eu tenho certeza que estará sendo feita novamente justiça, agora em nível espiritual.

A sua família, com certeza, com esse legado de moral, de honradez, de trabalho, de posições, terá, infelizmente muito cedo, a felicidade de ter tido no patriarca, no marido, no irmão, no tio, no sobrinho uma referência que jamais os anais da história haverão de esquecer.

Fica, então, aqui o nosso reconhecimento, o nosso registro e o nosso respeito por aquele que foi, sim, numa vida tão curta e tão breve, um ser humano, um cidadão que extrapolou o sucesso de muita gente por mais esforçada que fosse, especialmente no mundo da política.

Nós queremos, diante do registro de que neste momento é o ser humano que prevalece, deixar aqui os nossos votos efetivos de que tenha no reino de Deus o descanso eterno, tão merecido, por aquilo que dissemos antes e muitos já disseram: pelo seu legado de trabalho, pela sua história construída, pelo bem, pela moralidade e pela dignidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Bittencourt, que falará em nome da Bancada do PFL.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Sr. Presidente; Sr. Deputado Odacir Zonta, Secretário da Mesa Diretora; Srs. Deputados, filhos de Vilson Kleinübing, João Paulo, Eduardo e Diogo, que não se encontra presente; meu caro amigo Gilberto Kleinübing, irmão do homenageado, em nome de quem desejo apresentar a todos os irmãos de Vilson Kleinübing as nossas homenagens, bem como a D. Carmem, sua mãe, e a D. Vera, sua esposa. E venho nesta tarde com uma lembrança que me invade o coração e a mente. Não há guerreiro que desapareça.

A história nos ensina que os verdadeiros guerreiros nunca desaparecem, tanto no campo físico quanto no campo terreno. Eles podem não estar mais presentes, mas estarão sempre presentes em nossa memória, com os seus exemplos, com a sua vida, com os seus ensinamentos, com a sua obstinação, com a sua garra, com o seu desejo, com o seu querer e com o seu vigor.

Hoje não posso falar do passado. Hoje e amanhã continuarei sempre falando do presente de Vilson Kleinübing. E quero iniciar as minhas palavras dizendo que para sempre estará na nossa memória o cidadão Vilson Kleinübing, a quem aprendi a conhecer desde que entrei na vida pública.

Disputamos pelo mesmo Partido a primeira eleição em 1982, ele para a Câmara dos Deputados e eu para a Assembléia Legislativa. Tivemos sucesso na eleição, mas logo em seguida ele foi chamado para ocupar a Pasta da Agricultura no Governo de Esperidião Amin. Lembro-me, e por certo vários Parlamentares, a imprensa e os amigos que aqui se fazem presentes, de insinuações que se faziam a respeito da presença de Vilson Kleinübing naquela Pasta.

Sua vida profissional, até então, era vinculada à Celesc, como engenheiro, dedicando-se nos últimos tempos à informática. Houve insinuações maldosas sobre o que ele poderia fazer na Agricultura. Muitos dos seus companheiros também ficaram incrédulos sobre o que poderia realizar o então Deputado Federal Vilson Kleinübing.

Nós assistimos uma das maiores e eficientes administrações na Pasta da Agricultura. Como ele mesmo dizia: a Secretaria da Agricultura não seria mais do Estado, seria, sim, a Secretaria do Agricultor. E ela foi, na verdade, durante a sua administração, a secretaria do agricultor, quando Santa Catarina viu implementadas obras, serviços, programas e projetos que até hoje marcam a vida no campo catarinense, como o Programa Troca-Troca, o Sacolão, o Armazém Comunitário, o apoio aos pescadores artesanais.

Foi tão arrojado o seu projeto e o seu plano que em seguida viu-se convocado, com as divergências internas apropriadas a um Partido Político, é verdade, a disputar uma convenção para a escolha do candidato a Governador. E com uma carreira tão curta foi convocado a disputar a eleição ao Governo do Estado.

Lembro-me de que naquela ocasião, onde a disputa no Partido que até então militávamos aconteceu entre três candidatos, não apoiei a sua candidatura na convenção, apoiei outro candidato, que sagrou-se vitorioso. Vilson Kleinübing, então, ainda sem ter a política compreendida quanto aos seus sabores, as suas desavenças e as suas divergências, afastou-se do Partido Político.

Encontrou, logo em seguida, apoio numa outra legenda, na qual militamos em conjunto com esse grande Senador da República.

Disputou a eleição de 86, e quando todos imaginavam que ele ali encerraria a sua participação, a sua presença na vida pública, surpreendeu mais uma vez o Estado tendo uma votação expressiva, num Partido que recém havia se formado em Santa Catarina, que não tinha diretórios nem em 10% do território catarinense, que não tinha Prefeitos, não tinha Bancada, não tinha apoio para lhe permitir fazer uma campanha mais forte.

Foi vitorioso naquela eleição pelo reconhecimento da gente catarinense e, de forma muito especial, pelo reconhecimento de uma cidade que não tinha nada a ver com a agricultura, uma cidade que não tinha nada a ver com o Meio-Oeste de Santa Catarina, de onde era proveniente, uma cidade que não tinha nada a ver com a Capital, onde até então ele tinha feito sua vida profissional.

Blumenau viu em Vilson Kleinübing o nome que podia, sim, soerguer, retomar seu progresso e seu desenvolvimento, abalado pelas enchentes de 83 e 84. Para lá mudou-se

Vilson Kleinübing, levando sua família (João Paulo, Eduardo, Diogo e D. Vera), e em menos de um ano conquistou mais um espaço, superou mais um grande desafio e elegeu-se Prefeito de Blumenau com uma das mais expressivas votações que aquele Município já assistiu.

Eleito Prefeito de Blumenau, rapidamente começou a implementar no Poder Público aquilo que acreditava: uma administração que fosse voltada em benefício da população, correspondendo às suas expectativas, aos seus anseios; uma administração sem haver déficit público, sem haver benefícios ou benesses para quem não merecesse.

Mais uma vez, quis Santa Catarina que ele não pudesse concluir o seu mandato em Blumenau. Convocado, disputou a eleição para o Governo do Estado, tendo sido vitorioso no primeiro turno. Em 1990, portanto, na coligação União por Santa Catarina - que reuniu os Partidos Políticos PDS, PFL, PRN, PL, PPB, entre outras siglas -, Vilson Kleinübing sagrou-se vitorioso na eleição. Foi a primeira experiência que Santa Catarina e o Brasil tinham de eleição de dois turnos, e Vilson Kleinübing liquidou a fatura no primeiro turno.

Iniciou o Governo em 15 de março. Para minha honra, fui convidado para ser Secretário da Casa Civil. Até então, conhecia o homem público Vilson Kleinübing; até então, conhecia o Deputado Federal Vilson Kleinübing; até então, conhecia o Secretário da Agricultura; até então, conhecia o Prefeito de Blumenau. A partir de 15 de março de 1991, passei a conhecer o cidadão, passei a conhecer o homem, o pai de família, o esposo, o irmão, o ser humano Vilson Kleinübing.

E não foi difícil para aqueles que com ele andavam no dia-a-dia, que também tinham os mesmos propósitos que ele, os mesmos sentimentos quanto à sua ação administrativa, transformarem-se rapidamente não no aliado político, mas no aliado pessoal, passando a admirá-lo como cidadão, como pai de família, como homem determinado, guerreiro, vibrante e entusiástico.

Transformei-me, é verdade, a partir de então, num parceiro de Vilson Kleinübing. Durante os dois anos em que estive ao seu lado no Governo aprendi muito mais do que porventura eu tenha colaborado. Aprendi a agir com rigor, indispensável e necessário, como disse aqui a Deputada Ideli Salvatti. Aprendi a agir com a obstinação com que agia Vilson Kleinübing para atingir as suas metas. Aprendi a agir sempre cada vez mais em benefício do povo de Santa Catarina.

Ao concluir minha passagem pela Casa Civil, retornei à Assembléia Legislativa. Vilson Kleinübing manteve-se à frente do Governo do Estado e não desviou a sua conduta em nenhum momento, e chegou o momento de mais uma vez enfrentar as urnas em Santa Catarina.

Em 1994, candidato ao Senado da República, mais uma vez os catarinenses lhe emprestaram solidariedade e confiança. Eleito Senador da República, algumas vozes maldosas insinuavam que Vilson Kleinübing tinha perfil de administrador, que tinha perfil de executivo, e sendo assim, o que faria agora no Parlamento. E ele demonstrou, em mais uma oportunidade, que aqueles guerreiros imbuídos de bons propósitos, que aqueles guerreiros obstinados, em qualquer campo podem colaborar, em qualquer campo podem dar a sua contribuição.

E Vilson Kleinübing transformou-se, sem dúvida nenhuma, como disse o Presidente Fernando Henrique, num dos grandes

Senadores da República brasileira, e haverá de fazer falta naquela Casa, sim, porque lá também levou o mesmo exemplo de garra, de dedicação, de coragem com que sempre pautou a sua vida pública.

Continua a ser o mesmo guerreiro, não temendo nenhuma batalha. Até mesmo a batalha que travou com a sua saúde venceu-a em diversas oportunidades. Em todos os momentos que com ele conversávamos, nós, preocupados, recolhíamos dele não preocupações, mas a esperança, a vontade de vencer que ele tinha.

Foi sempre um destemido guerreiro. Venceu todas as lutas, todas as batalhas, e continuará, tenho certeza, pelo seu exemplo, sendo vitorioso naquilo que deixou em Santa Catarina. Vai continuar sendo vitorioso pela família que constituiu em nosso Estado, pelos seus filhos, pelos seus irmãos, pelo seus amigos. Vai continuar sendo vitorioso em Santa Catarina pela casa que construiu na última eleição da coligação Mais Santa Catarina, na qual agora não vai poder adentrar.

Creio que todos nós que participamos deste projeto, que todos nós que aceitamos a idéia, a crença de Vilson Kleinübing naquilo que ele desejava, naquilo que ele construiu, com certeza, se a coligação pudesse ter, como disse o nosso Governador eleito Esperidião Amin, o nome de uma pessoa física, ela denominar-se-ia Vilson Kleinübing. A nossa casa está construída.

Meus caros Deputados, meus caros Companheiros, parceiros dos outros doze Partidos que integram a coligação Mais Santa Catarina, se antes já tínhamos a responsabilidade, o compromisso das urnas que confiaram em nossa coligação para a vitória na eleição de 98, muito mais agora temos a responsabilidade de fazer com que o projeto do nosso guerreiro continue vivo no coração de todos os catarinenses.

Por isso, Sr. Presidente, nesta sessão, em que homenageamos o nosso Senador Vilson Kleinübing, eu continuo afirmando o que disse a princípio: um guerreiro nunca desaparece.

Homenageamos hoje, sim, não o passamento, mas a vida, o exemplo daquele que fez da causa pública o bem servir: Vilson Kleinübing, nosso amigo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Encerrada as manifestações dos Srs. Deputados em nome das Bancadas, deixamos livre a palavra aos demais Deputados.

Conforme inscrição já chegada à mesa, com a palavra o Sr. Deputado Odacir Zonta, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Sr. Presidente; nobre colegas Parlamentares; Dr. Gilberto, irmão do Senador Vilson Kleinübing; João Paulo e Eduardo, filhos do Senador, que aqui representam a família; visitantes, ao assomar à tribuna quero, pessoalmente, registrar aqui este momento como um momento de reconhecimento, um momento de homenagem, um momento de solidariedade.

Conheci Vilson Kleinübing em 1981, na cidade de Concórdia. Numa reunião preliminar política, o então candidato a Deputado Federal Vilson Kleinübing nos procurou, eis que exercíamos a Presidência da Cooperdia, tendo como Vice-Presidente Ovídio José Pille, irmão de Mário Pille.

A partir daquele dia, com o convencimento que foi colocado à nossa disposição, nós o encaminhamos, junto com muitos outros companheiros, para concorrer a sua primeira eleição. E ele teve dessa sua primeira participação política no Município de Concórdia, meu

caro Presidente, a maior votação que um candidato a Deputado Federal já alcançou, ultrapassando a casa dos 11 mil votos colhidos naquele Município.

Tão logo encerrou-se a eleição, ao final do mês de novembro de 1982, numa nova conversa em Concórdia, com a presença também da diretoria da Cooperdia, trocamos algumas idéias, e o então Deputado Federal eleito Vilson Kleinübing nos colocou que o Governador Esperidião Amin tinha manifestado a disposição de convidá-lo a fazer parte do colegiado. E ele meditava, fazendo a seguinte colocação: o que poderei fazer para contribuir, para colocar toda a minha vontade de trabalho à disposição dos catarinenses, e onde mais poderei ser útil?

Foi quando, em nome da direção da Cooperdia, nós o provocamos para que ele examinasse a possibilidade de assumir a Pasta da Agricultura.

É natural, como disse aqui o nobre Deputado Pedro Bittencourt, que no momento ele tenha levado um susto. Disse-nos taxativamente: "Não entendo nada disso; nem sei como se colhe um pé de milho".

Não quer dizer que daquela conversa ele tenha evoluído. Mas, para nós, quando ele aceitou o desafio de ser o Secretário da Agricultura, não foi nenhuma surpresa.

No dia em que ele aceitou, aqui em Florianópolis estava reunido o Sistema Cooperativo Catarinense das Cooperativas Agropecuárias, e, numa nova conversa, ele nos dizia: "Como é que eu vou chegar junto às cooperativas e dizer que eu aceitei ser Secretário da Agricultura sem ser identificado?"

Lá fomos nós, Deputado Idelvino Furlanetto, aonde as cooperativas estavam reunidas, e lá ele foi apresentado como o novo Secretário da Agricultura.

Venceu este desafio, e eu, que tive a responsabilidade e a honra de ter sido chamado para substituí-lo na Secretaria da Agricultura, gostaria de reafirmar que ele produziu o melhor, o mais dinâmico, o mais competente trabalho que um Secretário pôde realizar no comando das ações da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Os testemunhos estão esparramados pelos recantos do Estado de Santa Catarina junto a cada família de agricultores, a cada sindicalista e, principalmente, a cada cooperativista.

E quando eu falo em sindicalista, lembro bem das ações que o Deputado Idelvino Furlanetto, então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel d'Oeste, exerceu e acionou junto com Vilson Kleinübing como Secretário. Foi um dos primeiros passos da reforma agrária ou do crédito fundiário em Santa Catarina.

Faço este registro, João Paulo, Eduardo e Gilberto, para dizer, em nome do cooperativismo catarinense, em nome também dos agricultores - e faço-o usando o meu pai, que ainda hoje é agricultor -, que ele se foi de corpo, mas o seu exemplo está aí. E se nós podemos dizer alguma coisa nesta homenagem, é muito obrigado, pelo exemplo e por tudo que ele fez pela agricultura catarinense, pelo povo catarinense em todos os seus cargos e atividades.

Fiquem com a mente sempre presente de que têm um pai, um irmão, um esposo. E aí eu invoco a presença de D. Vera, dos filhos, invoco a presença da mãe, que dignifica a todos. E nós, que somos amigos, nos sentimos honrados de poder utilizar, com a permissão de vocês, o exemplo do cidadão, do amigo Vilson Kleinübing.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo, agora, a palavra ao Deputado Leodegar Tiscoski.

O SR. LEODEGAR TISCOSKI - Senhor Presidente; senhor Secretário da Mesa, Deputado Odacir Zonta; familiares do Senador Vilson Kleinübing, aqui representado pelo seu irmão Gilberto e pelos seus filhos João Paulo e Eduardo; amigos do Senador Vilson Kleinübing aqui presentes; senhores Deputados; imprensa.

Santa Catarina está de luto por esta perda inquestionável. Fui amigo pessoal do Senador Kleinübing, amizade conquistada pelo trabalho, pelo convívio que tivemos desde os tempos de UDR. E nesses doze anos como Deputado Estadual, tendo exercido por quase dois anos a Secretaria da Casa Civil, quero aqui me manifestar como Presidente Estadual do PPB, que não foi o Partido oficial do Senador Vilson Kleinübing, mas com o qual ele sempre teve um grande convívio.

Por isso, nós, neste momento tão triste para Santa Catarina, queremos aqui manifestar a nossa solidariedade aos familiares e fazer o registro desta perda como Presidente do PPB, com a consciência de que perdeu muito, sim, a coligação Mais Santa Catarina com este fato. Perdeu o seu ponto de equilíbrio (e torcemos para que volte a ser mantido) com a morte daquele que foi um dos maiores lutadores pela re-união de PPB e PFL.

Perdemos aquele que, em muitos momentos, divergindo do próprio Partido, se manteve conosco, como no segundo turno de 94 e nos primeiros momentos da eleição de 96 na Capital. Sempre esteve conosco!

Portanto, nós, do PPB, queremos fazer este registro de pesar, de sentimento e de tristeza pela perda do Senador Vilson Kleinübing.

Perde a coligação Mais Santa Catarina e perde Santa Catarina um dos seus grandes lutadores, pela sua seriedade, pelo seu bom gerenciamento público. Perde a Nação um grande Senador, que lutou, que foi guerreiro em todos os momentos, que mostrou que não era apenas um engenheiro, que não era apenas um grande administrador, mas também um grande legislador, um lutador pelas causas públicas.

Vilson Kleinübing conseguiu, desde os primeiros momentos, em Brasília, ocupar o seu espaço, impor a sua presença num campo tão disputado como é o Congresso Nacional, onde marcou presença pela sua postura, pela sua firmeza e pela sua seriedade.

Por isso, em nome do Partido Progressista Brasileiro, queremos deixar aqui este registro de pesar, de tristeza, e principalmente a nossa solidariedade aos familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente queremos saudar o João Paulo, o Eduardo, o meu amigo Gilberto Kleinübing, o Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário, e os demais catarinenses que estão aqui nesta Casa.

Conheci o Senador Vilson Kleinübing em 1978. Era Vereador em Herval do Oeste e fui apresentado pelo então candidato Esperidião Amin a Vilson Kleinübing, que o assessorava e com ele viajava por todo o Estado de Santa Catarina.

Fui eleitor dele em 1982, quando foi candidato a Deputado Federal; em 1986, quando foi candidato a Governador; em 1988 não votei nele porque foi candidato a Prefeito em Blumenau e eu sempre votei em Herval do Oeste, onde fui Vereador; e em 1990.

O Senador Vilson Kleinübing foi um Governador que deu grande oportunidade para o funcionário de carreira do Besc, principalmente do interior. Lembro-me quando conversava com o Gilberto, quando assumi a Diretoria do Banco do Estado de Santa Catarina, sobre a Diretoria Administrativa de Informática, porque sempre foi grande paixão do Senador Vilson Kleinübing a modernidade, a informação rápida e ágil. Muitas vezes ele nos telefonou perguntando quantas agências do Banco do Estado ainda faltavam para serem automatizadas.

Todas as homenagens que serão feitas em Santa Catarina vão ser poucas, pela história dos seus 54 anos. A imprensa fez cobertura das lideranças nacionais que aqui estiveram, e quero citar uma que me chamou a atenção. Quando o eminente jornalista Moacir Pereira perguntou ao Deputado Federal Milton Mendes alguma coisa sobre o Senador, ele disse que não estava aqui só por um ato de solidariedade humana, mas acima de tudo porque o Senador Vilson Kleinübing era a marca da austeridade.

Tenham certeza, João Paulo e Gilberto, que o Senador deixou um legado de saúde e de exemplo para políticos e para a sociedade. No cemitério Jardim da Paz, ouvi o Senador Eduardo Suplicy dizer que morreu a voz mais respeitada e consultada sobre economia e finanças do País. Isso é um orgulho para Santa Catarina.

Também deixou um bom exemplo de luta. A única coisa que ele não conseguiu derrotar foi a doença, mas foi, acima de tudo, um grande articulador e um político bom de voto. Como disseram todos os oradores que me antecederam, Vilson Kleinübing foi o grande responsável pela coligação Mais Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo a palavra ao Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos Gilberto, João Paulo e Eduardo, falar de Vilson Kleinübing é fácil e ao mesmo tempo bonito, porque foi uma pessoa voltada a obter resultados para a sociedade.

Tive a honra, João Paulo e Eduardo, de conhecer o pai de vocês em setembro de 1972, portanto há 26 anos, quando fui requisitado, pelo então Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Dr. Osvaldo Douat, a ser o chefe do Centro de Informação e Aperfeiçoamento das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Lá eu recebi uma missão do Presidente, e logo em seguida do chefe do Departamento de Processamento de Dados, Vilson Kleinübing: fazer o melhor e o maior centro de treinamento do País.

E quem nos cobrava esta tarefa? Vilson Kleinübing. E conseguimos! Em sete anos de atividade na Celesc, sistematicamente, construíram o Centro de Formação e Aperfeiçoamento, que serviu não só para os seus recursos humanos, mas para desenvolver e capacitar os recursos humanos de praticamente todas as empresas do País, sendo reconhecido até internacionalmente, pela Electricité du France.

Vilson Kleinübing era um homem voltado à formação de recursos humanos não só pelo que fez, mas pela sua própria característica de ser professor - foi professor da Esag - Escola Superior de Administração. Também tinha uma sensibilidade grande por tecnologias novas, que não existiam em nosso País, como a manutenção em linha viva, ou linha energizada em alta tensão. Isso só existia nos

Estados Unidos, na França e no Canadá, era uma tecnologia que só existia lá fora.

E nós recebemos dele e de toda a diretoria da empresa a missão de trazer esta tecnologia para Santa Catarina. E ele, num lance de audácia, como sempre foi sua característica... Porque Vilson Kleinübing não era um homem de falar muito, mas de cobrar muito os resultados dos seus assessores, por isso fez muito na Celesc, fez muito como Deputado Federal, como Secretário da Agricultura, como Governador do Estado e como Senador.

Ele foi um homem de resultados, e essa é uma característica que difere as pessoas. É muito difícil ter uma pessoa que administra por resultados, é difícil encontrar esta característica numa pessoa. E ele tinha!

Esse trabalho todo de linha viva foi feito através de financiamento com órgão internacional, e isso trouxe equipamentos e tecnologia altamente sofisticados para o Estado de Santa Catarina. Até hoje essa tecnologia está em prática, tendo sido transportada, pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento, para a maioria do País. E grande parte deste mérito, senão 90%, deu-se devido à indole, à força ferrenha de Vilson Kleinübing, de seus pais e seu irmão.

Vilson Kleinübing também tinha a sensibilidade para o social. Na sua época de diretor, recebeu uma missão, que depois foi transferida para mim, porque tive a honra de substituí-lo como Diretor de Distribuição nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, e uma missão das mais nobres: levar energia aos mais carentes, aos mais necessitados. E 35 mil residências em Santa Catarina receberam energia a preço de custo, incluindo instalação elétrica dentro de suas casas. Porque era triste, muito triste, ver as famílias sem energia, sem água, com seus filhos estudando sob a luz de lampião.

Não foi à toa também que ele não deixou de lado outro segmento importante: o agricultor. O Deputado Pedro Bittencourt mencionou há pouco que muitos criticaram Vilson Kleinübing por ele não ter sensibilidade em relação à agricultura, mas quem o escolheu para ser Secretário da Agricultura sabia que ele tinha sensibilidade, tanto que levou energia elétrica a 20 mil lares de pequenos agricultores.

E quem faz isso, quem visita os agricultores, quem se volta às causas sociais, sabe perfeitamente das necessidades desta categoria. Foi por isso que ele, como Secretário da Agricultura, exerceu este cargo com a maior dignidade possível, fazendo com que o social fosse mais atendido.

Foi também ele, Deputado Reno Caramori, praticamente sozinho, com poucos assessores, que implantou o Centro de Processamento de Dados nas Centrais Elétricas de Santa Catarina. E fê-lo com a maior galhardia, tendo o mesmo constituído-se como o melhor do País.

Ele tinha essa visão, a de fazer bem e melhor. E assim ele se comportou na sua vida: de uma forma firme, digna, sempre voltado ao bem-estar da sociedade catarinense.

Vilson Kleinübing dedicou-se com afinho e alma, sacrificando, inclusive, como todo político faz, os momentos com sua família. Porque nós, políticos, sabemos que a maior parte do nosso tempo dedicaremos à sociedade, deixando a nossa família de lado. Isso já é praxe.

Ele honrou o seu nome, honrou a sociedade catarinense em todos os cargos que passou. Por isso é fácil falar de Vilson Kleinübing, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria de falar aqui por muito mais tempo, pois tenho histórias e mais histórias para contar a respeito de sua vida, mas o tempo não me permite.

Mas, João Paulo, Eduardo, queria que vocês falassem a Vera, ao Diogo, à sua avó, ao Toni e a Isolda que eu gostaria de um dia, numa conversa, mostrar tudo o que ele fez, dentro do que convivemos juntos, para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Eu tenho a honra e o orgulho de ter sido amigo de Vilson Kleinübing!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo a palavra ao Deputado Gilmair Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados; familiares do Senador Vilson Kleinübing, Gilberto, João Paulo e Eduardo; amigos do Senador; demais pessoas que assistem a nossa sessão especial, neste momento queria registrar, em meu nome e também em nome do Deputado Wilson Wandall, com quem conversei há pouco, o sentimento de tristeza que se abate em Santa Catarina, mais especialmente no Vale do Itajaí.

A relação de amizade, diria até de amor, que existe entre o Vale do Itajaí e Vilson Kleinübing tem origem e fundamentos.

Como Deputado, tive a oportunidade de conviver com Vilson Kleinübing no seu tempo de Governador, junto com o Deputado Wilson Wandall, e as obras e serviços que foram realizados em Santa Catarina, especialmente no Médio Vale do Itajaí, no Vale do Itajaí, justificam esse sentimento de tristeza e de ausência.

Na região, nos últimos dias, por onde andávamos havia busca de informações a respeito do Senador, e ninguém se conformava, independentemente de classe social e segmento político, porque todos que o conheceram aprenderam a admirá-lo e a respeitá-lo.

Em relação ao Vale do Itajaí, eu gostaria de deixar registrado nesta sessão especial algumas obras no setor de transporte que foram realizadas ou que foram planejadas, as quais deram à região uma nova infraestrutura, uma nova dinâmica.

Além de viabilizar a execução do BID II para conseguir o projeto de financiamento do BID III e deixar encaminhado o BID IV, terminou as rodovias que estavam em construção e que não estavam terminadas quando ele assumiu o Governo do Estado: Itajaí/Luís Alves, Benedito Novo/Dr. Pedrinho, rodovia asfáltica Blumenau/Indaial via Encano, contorno da cidade de Gaspar, contorno da cidade de Pomerode; ligação entre os Municípios de Acurras e Rodeio; recuperação das rodovias Rodeio/Timbó, Timbó/Benedito Novo, Pomerode/Blumenau; ordem de serviço da rodovia tão esperada e sonhada entre Pomerode/Rio dos Cedros e Timbó; convênios com todos os Municípios do Médio Vale, mais especialmente Blumenau, para viabilizar a infraestrutura de ruas importantes daquela cidade, como a Rua Bahia, Rua Gustavo Zimmer, Rua Frederico Jansen, e a mais importante ligação asfáltica do Vale do Itajaí ao litoral, a Rodovia Blumenau/Navegantes, que foi uma das obras de engenharia mais caras que já se ouviu falar em Santa Catarina, em função do terreno que não era próprio para receber uma rodovia em que passa todo o movimento econômico do Oeste, do Vale para o litoral, deixando-a praticamente 95% pronta quando entregou o Governo ao, então, seu vice-Governador Antônio Carlos Konder Reis, uma obra de suma importância para o nosso Estado.

Poderia citar tantas outras obras, mas esta relação de obras só na área de transporte já deixa bem claro por que o Médio Vale Itajaí não vai esquecer jamais de Vilson Kleinübing.

Quero dizer aos senhores familiares que talvez tenha algo em comum com eles. Também perdi meu pai muito jovem, que também foi um homem público, com a mesma doença, mas que me deixou um caminho para que pudesse chegar a uma terceira eleição da Assembleia Legislativa.

Vilson Kleinübing foi importante demais para Santa Catarina. Sigam o seu caminho.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo a palavra ao senhor Deputado RENO CARAMORI.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e amigos familiares do nosso querido amigo Vilson Kleinübing, Gilberto, João Paulo, Eduardo, cada homem faz a sua história.

Por isso, a importância da vida em que Deus nos legou essa coisa tão importante que é traçarmos o nosso caminho.

Aprendi a admirar Vilson Kleinübing ainda jovem. Quando Prefeito de Caçador, assumindo a Prefeitura, indo ao interior, verificávamos a escuridão da noite na casa dos nossos pequenos agricultores. Carne de peixe, dizia Vilson Kleinübing, porque eram as propriedades mais distantes e mais difíceis de serem energizadas, porque o filé mignon já havia sido feito pela cooperativa de eletrificação rural, a Coperval.

Nós, juntamente com o seu grande amigo Nabor Adriani, buscávamos o trabalho do Vilson, muitas vezes no fim de semana, na sua casa, porque durante a semana ele dizia que tinha muitos afazeres e assim nos atenderia no fim de semana.

Levamos a Caçador mais de 45 mil metros, ou melhor, retificando, 450 mil metros de fios estendidos por todos os recantos do nosso Município. Foi o grande responsável pela energização do interior do Município de Caçador e dos Municípios vizinhos, Videira, Lebon Régis e Santa Cecília.

Candidato a Deputado Federal, abraçamos a sua candidatura também, onde em Caçador poucos o conheciam. Nós, como Prefeito, e outros amigos mais chegados pelo seu trabalho, conseguimos mais de cinco mil votos ao Vilson Kleinübing para a Câmara Federal.

Sempre trabalhamos juntos, tanto é que nas eleições concorreram Vilson, Gazaniga, e nós optamos por apoiar o nosso amigo Vilson, pelos seus feitos, pelo que representava a sua pessoa, pelo trabalho destinado, dedicado a Caçador e à nossa região.

Acompanhamos a sua trajetória e ficamos muito gratos quando soubemos da sua indicação para a Secretaria da Agricultura, porque quando nós discutíamos os projetos de energia elétrica no interior, ele sempre dizia que não haveria progresso na agricultura, se não houvesse energia elétrica, que dínamo e catavento não eram mais da era do interior do Município. Lá precisaria de força e energia para que aqueles pequenos agricultores também progredissem.

Assim foi a sua trajetória. Tivemos a grande oportunidade de ser Deputado quando ele era Governador. É bem verdade que discutimos bastante as necessidades, as prioridades da nossa região, e lá tivemos a grande oportunidade de termos várias e

inúmeras obras sendo iniciadas, muitas delas financiadas por bancos internacionais. Mas tivemos o dissabor de vê-las não concluídas pelo Governo que o sucedeu, que é o atual Governo.

Tenho certeza, meus amigos, familiares, que Vilson Kleinübing levou consigo o dissabor por tão importantes obras para Santa Catarina não terem tido a continuidade em benefício dos catarinenses.

Nessa missão que Deus nos legou na vida terrena, temos a nossa cruz a carregar. Esperamos que lá, junto ao patrão Hélio de Riba, como diz o nosso tradicional gaúcho, temos a mesma origem no Rio Grande do Sul - Vilson, de Montenegro; eu, de Getúlio Vargas - e tivemos a oportunidade de vir a essa terra...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedemos a palavra ao senhor Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, senhores Deputados, amigos e familiares do Senador finado, Vilson Kleinübing. Também, nesta sessão, quero me associar aos sentimentos de pesar, de tristeza pelo passamento desse ilustre catarinense que conheço pessoalmente desde 1986. Comecei a conhecê-lo mais de perto quando me elegi pela primeira vez a Deputado Estadual, em 1990, quando ele assumia o Governo do Estado.

Devo dizer, caros Deputados, que desde aquela época eu guardo as melhores lembranças do homem público. Naquele tempo eu sendo, inicialmente, em 1991, do PT, sempre fui recebido quando solicitava e melhor atendido do que no Governo posterior.

O legado político de homem público que Vilson Kleinübing deixa para todos nós algo que transcende. No meu modo de ver, o ideológico, o legado, a postura de Vilson Kleinübing, a sua coerência, a sua austeridade, a sua ética como homem público transcendem o que comumente se rotula, se chama de esquerda, de direita, de meramente ideológico.

Aquilo que ele tinha, o que ele deixou, esse legado, os catarinenses, o povo de Santa Catarina, as lideranças, os políticos jamais hão de esquecer. Todos nós temos que nos espelhar no exemplo da vida pública que Vilson Kleinübing deixou para todos nós.

Neste sentido Santa Catarina perdeu, no Congresso Nacional, no Senado da República, uma liderança incontestável, uma liderança firme. Santa Catarina perde um homem público, como todas as pessoas que exercem cargo público deveriam ser. Enfim, o exemplo que o Senador Vilson Kleinübing deixou há de perseverar, há de nos guiar, há de nos iluminar pela nossa vida pública.

Mais uma vez as minhas condolências aos familiares, amigos e por que não dizer ao Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Udo Wagner.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro João Paulo e caro Gilberto, vim também a esta tribuna para fazer uma homenagem a um homem público que teve ética e dignidade. Um homem público que eu admirava e admiro muito, que nos ensinou muito como proceder, como se postar, um homem austero, um homem imbuído dos melhores propósitos de servir a Santa Catarina e ao Brasil.

Tive a felicidade de ser Deputado nesta Casa apoiando as suas iniciativas durante quatro anos, de 90 a 94.

Ele teve coragem de enxugar a máquina administrativa para que sobrassem recursos para investimentos para obras e para melhorar os serviços públicos no nosso Estado.

Para uma grande maioria de homens públicos não é fácil assim proceder. Mas ele perseguiu esse objetivo com determinação. E vou mais além: eu acho que o Senador e ex-Governador Vilson Kleinübing esteve na frente dos novos tempos, pois ele, vindo de um corporativismo, pois é oriundo da Celesc, defendia a diminuição do Estado dentro do País; ele teve coragem de levantar uma bandeira que é muito difícil para o homem público levantar, que é a diminuição do tamanho do Estado dentro de um País.

Por isso, eu quero dizer a todos que me ouvem (e que fique registrado nos Anais da história deste Parlamento) que certamente o ex-Governador Vilson Kleinübing foi um bom exemplo de um homem público e que teve deste Deputado a maior admiração e sem sombra de dúvida foi um dos meus ídolos.

Gostaríamos de lembrar também que o Deputado Miguel Ximenes e este Deputado tivemos uma oportunidade de acompanhá-lo numa missão internacional para Washington e Nova Iorque, onde, com muita determinação, ele conseguiu, na época o Governador Kleinübing, recursos para a implantação e recuperação de grande parte da malha viária do nosso Estado. E lá pudemos perceber a sua determinação, o seu empenho e que ele na época estava reconquistando a credibilidade dos organismos financeiros internacionais, época em que o Governador tinha pego o Governo do Estado com as finanças abaladas. Ele, com muita determinação, trabalhou para resgatar a imagem, e como consequência os organismos financeiros internacionais novamente apostaram em Santa Catarina destinando recursos ao nosso Estado. E assim foram feitas muitas obras, graças ao seu empenho como Governador.

Portanto, eu quero deixar aqui as minhas homenagens à família, aos filhos, aos parentes, à esposa, e a todos o reconhecimento do valor inestimável deste grande catarinense e grande brasileiro Vilson Pedro Kleinübing.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - João Paulo, Gilberto, Sr. Deputado Presidente, Srs. Deputados, catarinenses, a nossa sociedade é muito injusta por vezes com os homens públicos.

Até nós acostumamos a ver em vida enaltecidas virtudes de desportistas, cantores, parece que para o homem público apenas na hora de prantear e de lamentar a sua despedida é que nós reservamos os momentos do reconhecimento.

Tem sido assim. Quantas e quantas vezes manchetes são ocupadas para falarmos de jogador de futebol. Mas quão poucas vezes para ilustres homens públicos estão reservadas as manchetes para dizer de quão foi importante e é a sua atividade.

Esta Casa ainda vive, respira um pouco do que nós todos estivemos aqui a fazer no sábado, a nos despedir da passagem de Vilson Kleinübing por esse estágio. Parece que estamos nos lembrando ainda aqui dele, dos familiares e de nós todos, chorosos, pela passagem do amigo, do familiar, do companheiro.

Tomara que as palavras ditas pelo Senador Casildo Maldaner tenham fundamento, ele dizia que certamente a história de Santa Catarina iria a todo momento lembrar de Vilson Kleinübing em logradouros públicos e escolas, mas muito mais que isso: que nos inspiremos em questões muito inerentes a ele, Vilson Kleinübing.

Eu queria fazer apenas dois registros pessoais dessa minha convivência modesta com Vilson Kleinübing. A primeira, na condição de Supervisor da Regional da Cidasc em Joinville, quando ele, Secretário da Agricultura, atropelava-nos produzindo fatos e pedindo às estruturas da Secretaria da Agricultura que fossem atrás, transformando em verdade os compromissos ou as promessas feitas em várias comunidades.

Naquele momento achávamos que era uma coisa difícil e não compreendíamos por que ele agia assim. Depois, um pouco mais tarde, é que descobrimos por quê. Talvez na tentativa de vencer a inércia que faz parte, ainda, de alguns setores do funcionalismo público, essa fosse uma atitude necessária para poder dar as respostas que a sociedade precisa e exige de quem se rotula como prestador de serviços públicos.

Mais tarde, ainda na semana passada, quando o Senador Vilson Kleinübing no hospital travava a sua última luta terrena, um Deputado do PT, aqui desta tribuna, destacava a importância do equilíbrio das contas públicas da União, chamando a atenção para um fato, sem se referir a Vilson Kleinübing, de que se este País, excetuadas as suas despesas com juros, pudesse analisar as contas públicas, ele veria o equilíbrio presente nas finanças públicas deste País, que justamente estava aí a comprometer toda a nossa expectativa, a desequilibrar todas as nossas finanças, os famigerados juros, resultantes da inadequada utilização dos recursos públicos, do modismo que até hoje impera dentro dos Estados, Municípios e da União, de que o bom executivo é aquele que simplesmente produz, faz, produz contas e não equilibra contas.

O Senador Kleinübing nos chamava a atenção para o que decorre disso. Os endividamento, os gastos, os desequilíbrios sociais, o desajuste que uma sociedade passa quando não se trata adequadamente disso.

Essas coisas vão ficar sempre gravadas na minha memória: a sua instigação para que o prestador de serviço de fato preste o serviço, vença a inércia, e o recado para que, acima de qualquer coisa, nós, que temos a responsabilidade de legislar, de cuidar do Orçamento e de gastar o dinheiro público, façamos isso com mais responsabilidade, se é que queremos ter orgulho, de fato, de termos sido prestadores de serviços a toda uma comunidade.

Por conta disso, Gilberto, por conta disso, João Paulo, muito obrigado a ele por ter me permitido essas experiências.

Eu sei que infelizmente mais uma vez eu me junto com esta mesma sociedade injusta que apenas pranteia o homem público. Mas que seja assim, mas que seja desta forma. E parabéns a vocês por terem podido fazer parte desta família, deste homem público chamado Vilson Kleinübing.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo a palavra ao senhor Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente, distintos familiares do querido falecido Senador Vilson Kleinübing. Caros Colegas Deputados, funcionários, amigos da imprensa e demais amigos do Senador. Quero

também me associar aos demais Companheiros aqui, quando esta Casa presta esta singela homenagem a esse querido homem público.

Quero testemunhar aqui, João Paulo, Gilberto e demais familiares, que quem sabe, se não fosse a lembrança de meu nome por esse ilustre homem público para me trazer de uma suplência em 1990 para esta Casa, quem sabe hoje, eu aqui não estivesse.

Na verdade ele certamente precisaria de alguém para assumir uma das suas Secretarias de Governo, mas não o fez certamente somente por isso. Ele o fez também no sentido de prestigiar um Companheiro seu, um amigo que estava iniciando ali na política em Joinville e na região norte e nordeste do nosso Estado.

Assim o fez. Assim proporcionou a este Deputado assumir na condição de suplente uma cadeira nesta Casa. E foi a partir de então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que eu pude iniciar os meus primeiros passos aqui, nesta Casa, e conhecer mais de perto a figura de Vilson Kleinübing.

Tive também o privilégio juntamente com outros Pares desta Casa de acompanhá-lo em várias missões, mas uma delas, que julgo da maior importância e que me marcou muito, foi uma missão que eu tive a honra de participar ao seu lado junto aos países asiáticos. E eu me lembro muito bem da preocupação de Vilson Kleinübing, do seu cuidado e do seu desejo para com o nosso Estado e o nosso País de um dia poder o nosso Estado e o nosso País desfrutarem da condição de um País de Primeiro Mundo.

Em uma audiência com o Ministro das Relações Exteriores do Japão e o Primeiro Ministro do Japão, ele dizia do seu desejo e ia com tanta profundidade a essas questões do endividamento que causava inclusive espécie, uma certa até inveja por parte dos demais.

Como ele era obstinado na questão do saber quanto devia este País, quanto devia aquele País, qual era a sua renda, qual era a renda per capita dos seus habitantes. E nas horas de folga, quando normalmente se busca conversas outras que possam divagar e tirar daquela rotina de uma missão oficial, mesmo num cafezinho, mesmo num restaurante, mesmo em qualquer outro lugar ou até num passeio, num momento de um turismo como se pode dizer, ele vivia com os seus números comparando o nosso Brasil com os países que nós estávamos visitando. E procurava incutir em cada um de nós esse mesmo desejo de um dia ser equiparado aos países de Primeiro Mundo.

Isto marcou, isto é uma marca, isto é um legado, e nós, certamente, vamos ter por muito tempo a lembrança desse homem obstinado.

Outro ponto que gostaria de relatar era a figura de um homem simples, de um homem que em algumas oportunidades tive o privilégio de acompanhar, principalmente nos bairros pobres da nossa querida Joinville, Deputado Eni Voltolini.

Ele muitas vezes preferiu deixar de lado as pessoas mais destacadas, os grandes empresários, os políticos mais renomados e convidava-nos para ir ao Bairro Fátima, para ir no Bar do Chico, jogar um caneco, um dominó e conversar com as pessoas mais humildes, mais simples e fazer aquilo que ele gostava: jogar uma partidinha de dominó.

Eu confesso que não sou muito ligado a isso, mas nunca recusei fazer companhia ao Senador Kleinübing, para que ele pudesse se sentir bem ali, fazendo aquilo que ele gostava de fazer nas horas que ele julgava importante.

Sem mais delongas, porque nos faltam palavras, quero deixar a minha respeitosa homenagem a este ilustre homem e cumprimentar os seus familiares, principalmente sua esposa, D. Vera, seus filhos, porque ele se foi para outra vida, mas aqui ficou a grande lição para todos nós nessa enciclopédia que foi escrita em tão poucos anos, mas que é tão rica e que certamente será tão valiosa para todos nós.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - João Paulo, Dr. Gilberto, Srs. Deputados, Srs. e Sras. que nos distinguem com suas presenças nesta tarde, Srs. da imprensa, em nome deste Poder, da Mesa Diretora, do Sr. Presidente, Deputado Neodi Saretta, queremos uma vez mais reiterar a nossa solidariedade à família e fazemo-lo por seu intermédio, João Paulo, e pelo Dr. Gilberto.

A vida pública nos cobra muito, alguns passam pela vida pública e sequer se fla-

gram da importância da missão do homem público, outros passam e marcam com uma profundidade extraordinária esta passagem. Exemplo: Vilson Kleinübing.

Ele concluiu cedo a sua missão terrena, convocado que foi para o outro plano, deixa a nós, aqui, como legado, a todos os homens públicos (e nós aqui, na Casa do Povo, os quarenta, aqui, representam a totalidade da sociedade catarinense), o exemplo da obstinação, da seriedade, da honestidade e da ética a ser seguido por quem quer servir a causa pública com ética.

Na hora da saudade lembrem com orgulho do pai, do irmão e do esposo - uma pessoa que soube viver, viver com dignidade, viver bem, porque viveu para servir.

Esse é o registro que deixo em nome da Mesa Diretora ao lado da solidariedade aos familiares neste momento de dor.

Não há Ordem do Dia por se tratar de uma sessão especial, mas temos em nossas mãos dois requerimentos de

condolências de autoria do Sr. Deputado Odacir Zonta.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Sra. Paulina Savaris, manifestando sentimento de pesar pelo passamento do Sr. Isidoro Giacomo Savaris.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odacir Zonta, que solicito o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Ipumirim, manifestando sentimento de pesar pelo passamento do Sr. Isidoro Giacomo Savaris.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 27 DE OUTUBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlieto Merse - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Neodi Saretta - Norberto Strosch - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Gilson dos Santos, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Gilson dos Santos, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Gilson dos Santos) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente: MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO:

- encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

- de autoria do Sr. Deputado João Henrique Blasi, que autoriza nova hipótese de destinação dos recursos do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado - FUNJURE - Disciplinado pela Lei Complementar nº 56, de 29 de junho de 1992, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Júlio Teixeira, que concede Título de Cidadão Benemérito Catarinense *Post Mortem*;

- de autoria do Sr. Deputado Vanderlei Olívio Rosso, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Bel Recanto, de Urussanga;

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação de Doentes e Deficientes - AFCD, com sede e foro na cidade e Comarca de Itapiranga;

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes - AARU, com sede e foro na cidade e Comarca de Chapecó;

- de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal, que declara de utilidade pública a Associação do Trabalhador Catarinense, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis;

OFÍCIOS NºS:

0042, do Sr. Vice-Presidente da Associação Catarinense dos Ostimizados, solicitando, propor a inclusão, no Orçamento/99 do Governo do Estado de Santa Catarina, de verba destinada à subvenção social para nossa Associação;

055/98, do Sr. Presidente da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Schroeder, apoiando o Projeto de Lei nº 228/98, o qual prevê a alteração do § 4º do art. 24 da Lei nº 10.789/98;

0098/98, do Sr. Secretário de Estado da Casa Civil, encaminhando resposta a Indicação nº 096/98; 0206/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba, encaminhando cópia da Moção nº 021/98;

0207/98, do Sr. Prefeito Municipal de Itaiópolis, encaminhando abaixo-assinado das comunidades de Moema, Distrito de Itaió, Campina Redonda, Volta Triste, Rio da Antinha, Votroba e Rio do Veado, solicitando urgência no impasse entre colonos e índios na comunidade de Bonsucesso neste Município;

0209/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guaraciaba, encaminhando Moção nº 023, aprovada por unanimidade por esta Casa;

0249/98, do Sr. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS, encaminhando análise feita por este Conselho, a respeito do Projeto de Lei apresentado pelo Conselho da Comunidade Solidária à Presidência da República;

0629/98, do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, reportando-se ao Ofício nº 0663/98; 0728/98, da Sra. Procuradora da República no Estado de Santa Catarina, comunicando sua promoção ao cargo de Procuradoria Regional da República, deixando a Chefia do Ministério Público Federal neste Estado, a qual passa a ser conduzida interinamente pelo Dr. Maurício Gotardo Gerum, Procurador da República nesta Capital;

4361/98, do Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, encaminhando cópia do Convênio MMA/SRH nº 340/98, celebrado entre este Ministério e o Governo do Estado de Santa Catarina;

7510986/98, do Sr. Governador do Estado, reportando-se ao Ofício GP/DP/479/98.

CORRESPONDÊNCIA:

- do Sr. Prefeito do Município de São João do Oeste, encaminhando cópia do Decreto nº 005/98.

Era o que constava ao expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência registra a presença nesta Casa dos alunos e professores - Cristina, Simone, Raquel e Tânia - da 4ª série do Colégio Coração de Jesus e da 4ª série da Escola Básica Alto Forquilha, com as professoras Odila e Cleide.

Desejamos-lhes uma boa estada nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações. Inscrito para falar o Deputado Volnei Morastoni, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, alunos e professores das escolas que nos visitam, sejam bem-vindos. A visita de vocês com certeza muito honra todos os Deputados desta Casa.

Quero falar de um assunto muito importante para a população de Itajaí e Navegantes que conquistamos no dia de hoje, uma conquista deveras importante, porque é uma das reivindicações que há muitos anos existe entre Itajaí e Navegantes. É uma reivindicação que na verdade faz parte de toda a população da Anfri, sobre a gratuidade na travessia de pedestres e ciclistas no *ferry-boat* sobre o Rio Itajaí-Açu, entre Itajaí e Navegantes.

Hoje pela manhã, depois de diversas reuniões de negociação no Deter, com representantes da Empresa de Navegação Santa Catarina, que detém a concessão dessa travessia, também com representantes dos Municípios de Itajaí e Navegantes e do próprio Deter, que por parte do Governo do Estado é quem fiscaliza e controla essas concessões de serviços de transporte de passageiros, como aqui, no caso, também se refere, conseguimos fechar um acordo estabelecendo a gratuidade em horários especiais, das 6h às 8h e das 17h30min às 19h30min, para pedestres e ciclistas nessa travessia. É uma conquista da maior importância que há muitos anos vem sendo esperada pela comunidade da região.

Existe a Lei Estadual nº 8.209, de 1991, que instituiu essa gratuidade, mas que nunca entrou em vigor porque no mesmo dia em que a lei foi sancionada pelo Sr. Governador a empresa entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado, obtendo uma liminar que suspendia imediatamente os efeitos da lei.

A partir de então se travou na Justiça uma luta e em 1995, quando no início desse mandato tive a oportunidade de encaminhar ao Tribunal de Justiça um extenso dossiê, inclusive, com mais de seis mil assinaturas da comunidade local sobre essa reivindicação, o Tribunal de Justiça decidiu pelo julgamento dessa Adin, e o mérito então foi favorável à constitucionalidade da lei.

No mesmo dia em que a lei entrou em vigor, também foi impetrada uma outra ação, pela Empresa de Navegação Santa Catarina, que detém a concessão dessa travessia, na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda, alegando que a aplicação da lei inviabilizaria a empresa do ponto de vista econômico-financeiro, e uma liminar concedida nesse dia suspendia novamente a aplicação da lei da gratuidade para pedestres e ciclistas.

Desde então, ao mesmo tempo que tramita na Justiça toda essa discussão, nós também temos levado um debate político do ponto de vista administrativo, procurando uma solução intermediária, que pudesse contemplar tantos os interesses da empresa, que tem a concessão do serviço, como o direito reivindicado pela população.

Agora, há questão de 30 dias, o Tribunal de Justiça decidiu, num julgamento em segunda instância, restabelecer a normalidade da lei, esta mesma lei cuja decisão em primeira instância, na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda, havia suspenso os seus efeitos. E agora foi publicado o acórdão no Diário Oficial.

Portanto, a lei está em vigor, uma lei que concede gratuidade integral, vinte e quatro horas por dia, os sete dias da semana, para pedestres e ciclistas na travessia por *ferry-boat* sobre o Rio Itajaí-Açu, entre Itajaí e Navegantes.

Dando continuidade ao processo de negociação, procuramos esse acordo, porque também não queremos que haja um prejuízo evidente à própria empresa e também que não haja demissão de funcionários da empresa, nem diminuição da frequência de travessia.

Por isso, na manhã de hoje, firmamos um acordo entre todas as partes

com o Deter, estabelecendo a gratuidade apenas em dois horários especiais, duas horas pela manhã, duas horas no final da tarde, que atende principalmente os trabalhadores, os estudantes, que atravessam nesse horário.

Vai ser muito importante essa gratuidade, porque há pessoas em Navegantes que atravessam quatro, seis vezes por dia, várias pessoas de uma mesma família, e isso representa um custo muito significativo no final do mês no salário daquela família.

Por isso, esses horários especiais vêm, em parte, já, trazer um benefício considerável para os usuários do *ferry-boat*, especialmente dos pedestres e ciclistas.

Vamos, então, dar continuidade às negociações que temos através de um projeto de lei, que é o Projeto de Lei nº 344/95, que tramita nesta Casa, dispondo sobre esta gratuidade em horários especiais e também continuando as conversações no plano político-administrativo com este Governo e com o futuro Governo, para que se possa restabelecer em horários ampliados, ainda, essa gratuidade.

Quero aqui ressaltar que no Governo anterior do senhor Esperidião Amin havia essa gratuidade, através de um subsídio que era concedido à empresa.

Essa gratuidade continuou, ainda, em parte, no Governo subsequente, mas desde então ela foi retirada, e vem sendo uma reivindicação, então, das mais firmes que a comunidade tem mantido ao longo desses anos.

Ao mesmo tempo em que se discute essa questão através de uma lei que concede gratuidade e horários especiais, a região de Itajaí está também debatendo três projetos especiais de construção de ponte sobre o Rio Itajaí: uma ponte fixa, uma ponte flutuante ou um túnel submerso, o que naturalmente poderiam trazer uma solução definitiva para a travessia sobre o Rio Itajaí-Açu, integrando definitivamente a região da Anfri, os Municípios da região da Anfri, conhecidos como Rota do Sol, quando então poderão desenvolver os seus projetos, inclusive, no plano turístico.

É uma região, Srs. Deputados, que tem importantes projetos na área do turismo, inclusive com a localização do Parque de Diversões Beto Carrero World, que significa grande afluxo, aporte de turistas que circulam em toda a região. E com certeza uma ponte ligando internamente os Municípios de Itajaí e Navegantes representará um passo fundamental e definitivo para a integração dos Municípios dessa região e para os seus projetos de crescimento e desenvolvimento, especialmente no turismo, que, sem dúvida alguma, se constitui numa das mais importantes...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Ideli Salvatti, Srs. e Sras. funcionários da Assembléia Legislativa, catarinenses presentes ao recinto e amigos da imprensa, nós queríamos, neste pós-eleição, como a escala do PMDB hoje me concede o direito ao uso da palavra, iniciar agradecendo aos companheiros que conosco disputaram a

eleição a Deputado Federal, em Joinville, e que lograram êxito: o Deputado Eni Voltolini, pelo PPB, e o Deputado Carlito Merss, pelo PT. Igualmente estendemos os cumprimentos ao Deputado José Carlos Vieira, pelo PFL, e ao Vereador em Joinville, Hercílio Rohrbacher, que também conosco disputou uma cadeira no Congresso Nacional.

Infelizmente não logramos êxito, mas queremos deixar registrado nos Anais da Assembléia Legislativa as felicitações e votos de que tanto o Deputado Eni Voltolini quanto o Deputado Carlito Merss, que aprendemos a admirar e respeitar aqui, na Casa das Leis de Santa Catarina, possam fazer um ótimo trabalho em Brasília em nome de todo o povo do Norte e Nordeste de Santa Catarina. Têm os predicados para isso, possuem as qualificações para tal. E agora, mais do que nunca, estão devidamente credenciados, pelo voto dos catarinenses, que lhes concederam esse direito, para defender os interesses do nosso povo e têm o dever de realizar, eu tenho certeza que realizarão, um belo e profícuo trabalho.

Quero também agradecer a todos os eleitores pelos 44.034 votos que acabamos recebendo na região Norte e Nordeste de Santa Catarina, que nos possibilitou ficar com a segunda suplência do Congresso Nacional.

Eu sei que foram 44.034 amigos, Deputado Adelor Vieira, e por isso eu devo ser grato por toda a minha vida. É claro que talvez não tenhamos mais como continuar na vida pública, e outros projetos quem sabe estejam se desenhando para o nosso nome.

Quero agradecer de coração a quem acreditou na nossa mensagem, a quem acreditou no nosso trabalho, a quem confiou no nosso nome através do voto, dizendo que será uma mensagem que irei carregar, como falei há pouco, em toda a minha vida, como votos que me foram dados num momento muito importante da minha vida, demonstrando o carinho de 44.000 catarinenses.

Quero também dizer, meus amigos, que assim como na eleição que acabamos de viver aprendemos muitas lições, lições alegres, tristes, saborosas e lições amargas, mais sempre lições, o momento político de um político vive seu auge quando ele enfrenta a caminhada verdadeira rumo às urnas. Lá podemos encontrar muitos amigos e adversários leais.

Queremos também agradecer às pessoas que colaboraram com a nossa caminhada, como sendo companheiros aqui, do gabinete do Deputado Sergio Silva, companheiros da nossa delegação de Joinville e na região Norte, que nos ajudaram trabalhando, muitos até quase vinte horas por dia, na tentativa de nos eleger Deputado Federal.

Virando essa página de agradecimentos, rememorando alguns momentos da nossa caminhada, quero aproveitar também este momento para mandar as minhas condolências pessoais à família enlutada, à viúva Vera, esposa do Senador falecido Vilson Kleinübing.

Nós tivemos com o Senador vários embates de ordem política, de ordem partidária, mas nunca de ordem pessoal. O Senador Kleinübing, pelo seu perfil de homem público, sempre demonstrou estar acima das questões pessoais, quando levantava os problemas de Santa Catarina e pela forma que ele encontrou de defendê-los.

Tenho certeza de que o Senador deixa um grande vazio no cenário nacional e principalmente no cenário estadual. O Senador Kleinübing foi um homem de vida simples, forjado na dificuldade, forjado na adversidade e

demonstrou ser um grande lutador, mesmo com dignidade enfrentou a sua doença, que com transparência perante a sociedade catarinense nunca escondeu que estava doente e a gravidade da sua doença.

Como foi um homem corajoso na sua vida política, também foi, eu tenho certeza, um pai corajoso, um marido corajoso, porque teve o apoio de todos os seus amigos e parentes até o último instante de sua vida.

Deixo, portanto, as minhas condolências, como Deputado e como cidadão catarinense que lamenta profundamente a sua rápida passagem por esta vida, infelizmente.

Quero também aproveitar este mesmo espaço para dizer que a partir do ano que vem o Brasil vai encontrar um novo momento, um momento de grandes mudanças. Vamos começar agora com as modificações, mas vamos ver para o ano que vem quais serão as grandes mudanças às quais a sociedade terá que se adaptar no plano econômico, social, no plano, enfim, conjuntural.

Eu espero que esses Parlamentares que saudei possam ser os grandes defensores da sociedade catarinense, para que a gente tenha um pouco mais de segurança na virada do século, não em relação às instituições democráticas, não em relação às instituições partidárias mas, sim, em relação à questão social. Nós hoje cada vez mais estamos vendo no mundo inteiro um repensar dos principais problemas que estamos vivendo.

Eu ainda, assistindo a uma grande discussão realizada por entidades inglesas, pude perceber as dificuldades, as agruras que um povo - apesar de muito desenvolvido, apesar de extremamente bem educado, saudável -, que não tendo orientação adequada governamental, vive passando. A mesma coisa eu poderia falar da França, da Alemanha, não dos Estados Unidos, porque muitas vezes eles, americanos, impõem um subdesenvolvimento a várias partes do mundo, para que eles possam ter um pouco mais de qualidade em relação à sua própria sociedade.

Portanto, eu entendo e espero que os Srs. Parlamentares, tanto aqui na Assembleia quanto no Congresso Nacional, eleitos que foram pelo voto dos catarinenses, possam, Deputado Gilson dos Santos, defender as verdadeiras cores da nossa sociedade. E quais são as cores? O branco, o amarelo, o negro e o mestiço (o índio), porque, na verdade, essas são as cores legítimas, essas são as cores do povo brasileiro, do povo catarinense e essas são as cores que devem representar, a meu ver, o verdadeiro mandato do Parlamentar - a defesa do povo, da sua gente e dos seus valores acima das questões partidárias, acima das questões econômicas, acima das questões individuais.

Temos que ter a lembrança que houve um recado claro nas urnas: o povo brasileiro, de um lado, reelegeu Fernando Henrique Cardoso imaginando que ele, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, pode ser o responsável pela estabilidade da economia e da sociedade brasileira, mas, por outro lado, uma movimentação forte deixou também claro que elegeu muitos Parlamentares de centro-esquerda na expectativa de ampliar e aumentar a fiscalização sobre as ações do Governo Federal no que se refere ao plano social.

Por isso, meus amigos, Srs. Deputados, eu quero acreditar que a partir do ano que vem, no final ainda deste ano, teremos grandes modificações, e eu espero que o povo brasileiro não se decepcione com o resultado das urnas que eles próprios acabaram realizando.

Dou um voto de otimismo, dou um voto de crédito, dou um voto àqueles que ganharam na expectativa de ver um Brasil melhor, mais justo, mais correto, mais digno, mais igual, porque esse foi o recado que as urnas deixaram para todos nós políticos.

Quero agradecer, por último, a todos que conosco viveram essa experiência única de uma candidatura a Deputado e dizer que tenho certeza de que vamos voltar a nos encontrar em outros caminhos, em outros momentos, em outra jornada.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelar Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero fazer um rápido comentário sobre as eleições, pois acho que, como disse o Deputado Sergio Silva, efetivamente as urnas, mais no segundo turno, inclusive, no qual algumas discussões foram possíveis, mudou o seu voto. E não tenho dúvidas, Deputado Sergio Silva, somente um comentário sobre o seu discurso, que se a mídia não tivesse sido tão autoritária e permitido minimamente a discussão da real situação do Brasil, nós teríamos segundo turno também para Presidente da República.

Não tenho dúvidas sobre isso, porque, por mais que se tentou esconder o jogo, algumas coisas não eram mais possíveis e, com certeza, a discussão, inclusive, estrutural nacional influuiu e influuiu muito em alguns Estados, porque você engana alguns durante um tempo, muitos durante um certo tempo, mas você não engana todos o tempo todo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não! Inclusive ele está hoje caracterizado de Olívio Dutra, nosso grande Companheiro.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - É mate do estrivo bendito, amargo, que a gente chupa já de poncho na garupa para a tropeada do mundo(...).

Estou aqui hoje homenageando os gaúchos, feliz com a sua vitória, e esse bigode representa a energia, a democracia. Com todos os debates o nosso candidato foi e ganhou nos debates, nas propostas, mesmo com o Sr. Fernando Henrique dizendo: vou ajudar, vou canalizar recursos para o Brito, e os jornais foram apreendidos por questão de democracia.

É por isso que as eleições no segundo turno demonstraram que com democracia, com transparência, com um projeto mais democrático e popular pode ser vitorioso, sim, nas urnas. É uma denúncia contra FHC, contra a lei eleitoral, contra o primeiro turno neste País.

Se os Políticos perceberem isso, vão avaliar que é necessário e imperativo moral e ético democratizar o processo eleitoral daqui a quatro anos, o que não foi no primeiro turno.

Parabéns ao Rio Grande do Sul e aos gaúchos de Santa Catarina que se solidarizam com a vitória do futuro Presidente do País.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Carlito Merss, o bigode do Deputado Pedro Uczai está mais para Paulo Afonso do que para Olívio Dutra.

Eu acho que ele realmente vai ter alguns problemas. Se ele andar na cidade, ele vai ser mais confundido com o Paulo Afonso do que com o Olívio Dutra.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Deputado Gilson dos Santos, se nós não confundirmos nada com a cara-de-pau do Paulo Maluf, está ótimo. Acho que enterramos o malufismo.

Estamos muito felizes, apesar da derrota que tivemos em Brasília, fundamentalmente pelo apoio do Sr. Fernando Henrique mentindo para os brasileiros, dizendo que vai dar 28% de aumento (e depende do Presidente o repasse, pois todo mundo sabe que o Distrito Federal não é um Estado, é meio que uma grande Prefeitura) e também a distribuição de lotes, que foi o grande mote da última semana das eleições de Brasília.

Querida, Sr. Presidente, rapidamente fazer menção ao que os jornais de hoje trazem.

O jornal A Notícia, e com certeza os outros jornais também, mas foi o que eu li, levanta os famosos balões de ensaio em relação às medidas em estudo para o ajuste fiscal. Ajuste fiscal leia-se usando o termo bem duro: *cacete no povo*. É isso que vai acontecer. Então, a tática é aquela mesma de sempre do bode: coloca-se o bode, depois se tira o bode.

(Passa a ler)

"Medidas em estudo no ajuste fiscal para aumentar receitas: cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos, provavelmente com alíquota de 15%."

Aí o Presidente bonzinho, o imperador bonzinho, vai dizer: "Não serão 15%, serão 12%." Ah, como esse Presidente é bom!

"Aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos na ativa de 11% para 15%. Talvez seja só para 13% ou para 14%." Como o imperador é bonzinho.

"Elevação da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,35%. Talvez seja 0,30%." Oh, como o imperador é bonzinho.

"Elevação do IOF de 2% para 10%. Talvez para 5%." Como o imperador é bonzinho.

"Aumento do IR sobre ganhos de capital obtidos com venda de imóveis." Talvez não, porque pode mexer com alguns aliados, os grandes conglomerados, os donos de apartamentos. Pode ser que esse nós retiremos.

"Prorrogação da alíquota extraordinária de 27,5% do IRPF para rendas acima de R\$ 1.800,00 mensais."

Esse dá para deixar, porque pega na folha, o pessoal não reclama mesmo, classe média não reclama. Então, dá para deixar.

"Obrigar as empresas a declararem o IR pelo lucro presumido e não mais pelo lucro real, fechando brechas à sonegação."

Ah, talvez esse não, porque as empresas já pagam demais. Alguns aliados vão ter problemas. Esse a gente não incorpora.

"Cobrança do 'imposto verde' sobre gasolina e álcool." Talvez um valor simbólico, mas em cima do consumidor, porque as grandes empresas, as multinacionais, vão ter dificuldades nos seus balanços. Então, talvez se cobre do consumidor final. Quem vai pagar é a população.

"Criação de imposto sobre grandes fortunas."

Isso é coisa de comunista! Isso não pode.

Claro, esse era um projeto do antigo sociólogo, na época social-democrata, Fernando Henrique. Mas esse não dá, sei lá, talvez o dono da Votorantin vá ter problemas, então, vamos tirar essa parte. Imposto sobre grandes fortunas não pode.

"Cobrança de Cofins das instituições financeiras."

Não, não é possível. Veja, é um setor que está quebrando, tivemos que criar o Proer para salvar bancos. Não é possível! Isso não é possível!

"Redução de incentivos fiscais e subsídios."

Não, isso não é possível. Temos que trazer a GM, temos que fazer o que o Governador Antônio Britto fez, ou seja, R\$297 milhões na conta corrente antes da empresa começar a fábrica. Durante o ano, só em aplicações financeiras, teve um lucro de R\$95 milhões na sua conta.

"Para cortar despesas:

Corte de despesas de custeio e investimento previstos para 99 em R\$8,7 bilhões, podendo chegar a R\$10 bilhões.

Claro, isso é necessário para eliminar o déficit público. Nós temos que reduzir, nós temos que enxugar!

Claro, na saúde, porque o pessoal se vira com planos de saúde. O pessoal se vira!

Educação, claro, aliás, talvez até seria uma boa começar a cobrar a mensalidade da Universidade Federal, das Escolas Técnicas Federais. Vamos acabar!

Algumas empresas criam e mantêm algumas dessas escolas só para mão-de-obra barata. Não é bom estudar muito!

Segurança, a gente vê uma forma de privatizar, mas talvez R\$10 bilhões serão pouco.

Eu acho que aqui a gente compensa não criando o imposto sobre as grandes fortunas.

"Aumento da alíquota do Fundo de Estabilização Fiscal de 20 para 30 ou 40%."

Ah, os Prefeitos, os movimentos municipalistas irão reclamar! Então, tudo bem, como sou um imperador bonzinho, não vai ser 40 mas, sim, 30%. Aí, talvez, tenhamos eleições no ano 2000, e os Prefeitos que forem amiguinhos virão aqui de pires na mão, e a gente repasse o dinheiro. Àqueles que forem de oposição, a gente não repassa o dinheiro. Mas serão 30%!

"Conclusão da votação da reforma previdenciária."

Imediatamente, talvez na próxima semana, afinal de contas aposentado é vago-bundo, funcionário público é preguiçoso. É preciso acabar logo com as mordomias que essa gente possui.

"Aprovação das leis que permitirão aplicar os limites da Lei Camata sobre gastos de pessoal dos Estados e Municípios."

Talvez para o meu grande amigo Roriz darei o dinheiro, afinal de contas ele fez uma promessa em aumentar o funcionalismo em 28%. Isso o elegeu e a gente devolve esse dinheiro.

"O superávit primário de 2,6% do PIB programado para 1999 deverá ser obtido nas seguintes proporções:

Governo Central (Tesouro, Banco Central e INSS): 1,8% do PIB;

Estados e Municípios: 0,4% do PIB;

Empresas estatais: 0,4% do PIB."

Deputado Gilson dos Santos, em 1997 não tivemos déficit primário. Pela primeira vez, talvez, na história do Brasil tivemos superávit na receita e na despesa. O déficit deu-se em função dos juros, mas nunca se arrecadou tanto no Brasil e nunca se reduziu tanto as despesas do ponto de vista primário. Mas aceitamos essas taxas de juros.

Conhecemos essa história. As eleições já passaram. O Congresso e o Senado têm maioria. Os aliados estão felizes.

Não pude fazer menção ao texto do economista Luiz Paulo Rosenberg, publicado na revista Carta Capital, onde diz que essa história já vimos em 1986 e ela se repete.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Pois não.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Nobre Deputado, realmente me surpreendo em determinadas oportunidades com o PT. A democracia pregada pelo PT é só para ganhar.

Nobre Deputado, V.Exa. intitulou o Presidente da República de imperador. O Presidente foi eleito no primeiro turno. V.Exa. tem que reclamar com a maioria da população brasileira que votou em Fernando Henrique Cardoso.

Acho muito interessante a vitória de Olívio Dutra que está sendo saudada nesta Casa como se fosse a vitória aqui de Milton Mendes de Oliveira para o Governo do Estado. A democracia tem que existir dos dois lados.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso não fez segredo deste pacote, inclusive, antes das eleições. E quero dizer que muitos que eram ditos como afilhados do Presidente Fernando Henrique Cardoso fizeram verdadeira guerra pelo anúncio deste pacote antes do dia 25. Esta é a grande verdade.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Deputado Francisco Küster por seis minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. Presidente e Srs. Deputados, aproveito o motim do pronunciamento do Colega Carlito Merss.

O Deputado Carlito Merss é inteligente, competente, trabalhador. Ele se consagrou nas urnas com expressiva votação. Reconhecemos suas qualidades.

O Colega subiu à tribuna e apequenou seus conhecimentos, sua inteligência ao destilar uma certa mágoa. Ele externou da tribuna um certo despeito sobre o resultado das eleições. Ele se insurgiu contra a vontade soberana do povo que escolheu Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno, chamando-o de imperador.

Não conheço registro na história do seguinte, a não ser que o professor Carlito Merss possa me socorrer: o Imperador Cesar foi eleito pelo povo; o Imperador Napoleão foi eleito pelo povo.

Então, eu acho que esses excessos, esses arroubos acabam empobrecendo a inteligência de uma figura ilustre. Acabam desmerecendo e diminuindo, Deputado Ivan Ranzolin. É lógico que nesse embate há sem sombra de dúvidas os dois lados.

O estilingue quebra a vidraça, e a vidraça? A vidraça esteve em Brasília na figura ímpar de Cristóvão Buarque, que perdeu para um populista, para um demagogo, para um elemento que não sei o que vai fazer de Brasília. Eu acho que vai dar continuidade ao que ele conheceu muito tempo atrás, um processo de favelização. Mas há que se respeitar a vontade do povo. O estilingue foi o inteligente Deputado Carlito Merss aqui desta tribuna, atacando o Presidente, porque o Presidente não está aqui para se defender, mas há que se repore a verdade.

Esse pacote foi anunciado amplamente antes das eleições, Deputado Carlito Merss. E V.Exas. se esforçaram, esmeraram-se e nem com isso convenceram o eleitorado, porque aliás o projeto era pobre, não tinha como convencer, e o povo está cansado da demagogia. A demagogia também tem limites.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado, eu gostaria de acrescentar aqui algumas atitudes do Deputado Carlito Merss. Assim que terminaram as eleições, quando cheguei a esta Casa, vim com todo o prazer cumprimentar o Deputado Carlito Merss pela sua vitória, pela sua votação consagradora. Disse-lhe que iria fazer uma boa representação em Brasília pelo seu trabalho nesta Casa, embora tenha algumas coisas que eu discorde nas suas iniciativas. Resultado: como resposta disso o Deputado Carlito Merss foi para a imprensa dizer que infelizmente o Deputado Ivan Ranzolin tinha sido reeleito. E envolveu também o Deputado Onofre Santo Agostini, porque nós somos a favor ou emancipamos Municípios em Santa Catarina.

Ele disse o seguinte: O Deputado Ivan Ranzolin e o Deputado Onofre Santo Agostini, que emanciparam Municípios que estão falidos em Santa Catarina, infelizmente foram reeleitos. Então, ele é um Deputado que não aceita democracia.

Quero dizer para ele que já fui reeleito cinco vezes e eleito uma vez. Então, é a sexta vez que estou aqui, embora ele não goste. Mas não sabia que ele tinha tanta raiva do resultado das urnas. Ele só gostou do resultado dele.

Deputado Francisco Küster, o Deputado Carlito Merss, realmente, é muito democrático quando vem em favor dele ou do Partido dele, especialmente dele. Então, quero daqui dizer que continuo lutando pelos pequenos Municípios, porque ele é originário de um grande Município, ele só conhece Joinville. Quando ele conhecer a realidade catarinense, quando for para os Distritos ver que lá não tem médico, que lá não há solução para os problemas, talvez concorde com a tese que defendendo de dar um pouco de vez aos pequenos, porque realmente ele é um Parlamentar que se dedica aos grandes.

Eu gostaria apenas de complementar que ele ainda não aceitou a eleição do Presidente da República.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Só gostaria de dizer que é lógico que a chamada tão decantada ressaca cívica faz às vezes cometermos excessos, até injustiças, porque ainda não assentou a poeira, a paixão está muito arraigada.

Só que uma pessoa que já é Deputado Estadual, que se elege Deputado Federal, inteligente, professor, indiscutivelmente - e não estou jogando confete indevidamente, realmente o Deputado Carlito Merss é um Deputado inteligente - se perde nessas coisas pequenas. Mas V.Exa. rotular o Presidente de imperador, imperador pelas urnas, Deputado Carlito Merss! Eu não queria estar na escola em que V.Exa. aprendeu isso, essa besteira. Eu não queria, desculpe-me.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu queria apenas reforçar o que o Deputado Ivan Ranzolin frisou com respeito ao Deputado Carlito Merss, por quem tenho muito respeito pela expressiva votação que teve como Deputado Federal. Agora, não concordo com a colocação em que disse que infelizmente eu e o Deputado Ivan Ranzolin nos reelegemos. Nós nos reelegemos porque o povo, que é inteligente e soberano, escolhe quem efetivamente trabalha.

Pelo que S.Exa. colocou, a falência da Nação brasileira, a situação dramática que

o País vive é porque Santa Catarina emancipou trinta e três Municípios. Só por isso faliu o País, conforme a colocação do Deputado Carlito Merss.

Eu acho que democracia é um direito que todos têm. Não é que eu não preste ou que o Deputado Ivan Ranzolin não preste porque discordamos do Deputado Carlito Merss, S.Exa. merece respeito, é claro que merece, mas nós discordamos dele, e nem por isso viemos aqui afirmar que infelizmente o Deputado Carlito Merss se reelegera!

Temos que respeitar a decisão do povo. Por isso, V.Exa. tem toda razão de colocar que o Presidente da República foi eleito democraticamente e por isso ele não é imperador. Então, comungo com o seu pensamento e digo ao Deputado Carlito Merss que não foi uma infelicidade eu e o Deputado Ivan Ranzolin termos nos reelegerado, foi a vontade soberana do povo de Santa Catarina.

Se nós nos reelegemos, é porque temos qualidade, temos mérito. E continuaremos a defender os pequenos Municípios. Se houver oportunidade de emancipar novos Municípios, haverei de lutar, sim, porque V.Exa. conhece a realidade da nossa região. E, felizmente, Municípios pequenos foram emancipados.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Agradeço os apares.

Deputado Carlito Merss, respeitosa-mente, quero pedir a V.Exa. que exercite no Parlamento Nacional toda a sua inteligência no sentido de ajudar a aprimorar esse pacote, melhorar essa situação, para evitar o pior.

Também esperamos que os Parlamentares que estão em Brasília façam o melhor. Isso não foi imposto, será discutido e debatido no Parlamento, pois estamos em uma democracia. Julgar precipitadamente as pessoas, fazer um prejulgamento, não me parece ser inteligente, e lamento que isso tenha partido de uma figura do porte e do quilate do Deputado Carlito Merss.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 16 minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - (Passa ler)

"Sr. Presidente e Srs. Deputados, coerente com a nossa postura nesta Casa, sempre defendendo os interesses das empresas catarinenses e, sobretudo, resguardando o papel das empresas prestadoras de serviços públicos, venho mais uma vez externar a minha grande preocupação pelos atos praticados pelo atual Governo com relação à administração pública e, em particular, às Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Há cerca de poucos meses, o Governo tentou, numa operação obscura, vender parte do capital votante da Celesc e também de outras empresas. Foi argumentado que não estava vendendo o controle acionário; entretanto, através de um acordo de acionistas, que praticamente significava um acordo 'familiar', transferia o controle administrativo e financeiro da empresa para um chamado 'sócio estratégico', que traria, por certo, no futuro, o controle da política de energia elétrica e influenciaria (o que é o mais grave, na minha avaliação) fortemente toda a política energética do Estado, deixando o Estado de cumprir esse papel.

No caso da Celesc, pretendia vender 29% das ações ordinárias.

Em maio deste ano, cada ação ordinária da empresa valia no mercado R\$1,08. A

partir da crise financeira internacional, praticamente caiu o preço de todos os papéis da empresa, principalmente das companhias distribuidoras de energia elétrica.

Todavia, Srs. Deputados, o valor das ações da Celesc teve uma redução muito maior do que das demais empresas. Diversos são os fatos que explicam tal comportamento, e vamos elencar alguns que consideramos os principais, pois, no meu modo de entender, temos informações substanciais para nossas afirmações.

- O Governo vem executando antecipações de receita praticamente durante todo o ano, através da antecipação do recolhimento de ICMS;

- A Celesc figura com empresa de maior recolhimento para o Governo do Estado, por esse motivo e por ser controlada pelo mesmo, é usada de forma indiscriminada para financiar o rombo de caixa do Governo;

- Já nos manifestamos contrários a esta ação lesivas aos cofres da Celesc outras vezes, mas o Governo sempre alegou que pagava à Celesc taxa de juros, pela antecipação, superior às praticadas pelo mercado - o que, no meu modo de entender, não é verdade;

- Não somente porque tínhamos dúvidas dessa operação, mas também pelo fato da Celesc estar sendo descapitalizada, aprovamos nesta Casa uma lei, de minha autoria, vedando tal prática;

- Simultaneamente, o Senado Federal editou a Resolução nº 78/98, também proibindo antecipação de receita por parte dos Estados;

- A antecipação de receita no Estado, tem duas características básicas, na minha avaliação: descapitaliza a empresa recolhadora e gasta um mês de receita, o que representa, na prática, não pagar a dívida do respectivo mês e, sim, transferindo-a sempre para o período seguinte;

- Nos últimos 9 meses (01/01/98 a 30/9/98), o Ibovespa, que mede a variação dos principais papéis das empresas, representou uma queda de 35,4%, contra 50% da Coelba e 61% da Celesc".

Constatamos, então, que apenas a crise internacional não explica o péssimo desempenho das ações da nossa empresa Celesc. E vou mais longe:

(Continua lendo)

"- A Celesc, em 1996, captou no mercado R\$132 milhões, através de uma operação chamada ADR; depois, captou mais R\$20 milhões do Banco Real, ainda não pagos, e mais 50 milhões de dólares, através de *commercial papers*, do Banco Bosano Simonsem, também não pagos;

- Conforme seus balanços divulgados, vemos que os investimentos da empresa, no período, foram infinitamente menores do que os recursos captados através desses empréstimos;

- Tal fato explica que a Celesc endividou-se no mercado para repassar os recursos para o Tesouro do Estado;

- De acordo com o balanço da empresa, com a demonstração do resultado do exercício, comparando-se o primeiro semestre de 98 em relação ao primeiro semestre de 97 podemos ver que as despesas financeiras (que representam juros pagos) aumentaram praticamente 30% nesse período, contra somente 1,3% da receita, o que vem comprovar a tese;

- A Celesc vem prestando recursos financeiros para o Governo Estadual, volto a afirmar, com taxas de juros subsidiadas.

Afora estes fatos, Srs. Deputados, eu acho que o Governo do Estado, através da

diretoria da empresa, está montando diversas bombas de efeito retardado para a próxima gestão. Senão, vejamos:

- Depois de praticamente queimar todos os recursos captados junto ao mercado e bancos, a diretoria da empresa não está pagando tais empréstimos. Os R\$20 milhões do Banco Real seriam pagos no mês de junho, mas a diretoria simplesmente 'rolou' a dívida para pagamento em dezembro deste ano.

- Dada a situação do desequilíbrio de caixa, a diretoria já está negociando com os bancos também para 'rolar' para o próximo ano;

- Os 50 milhões de dólares captados do Banco Bosano Simonsem terão que ser pagos agora no mês de dezembro, mas a diretoria está negociando com o mesmo banco, através de uma operação, para 'rolar' para pagamento em junho de 1999;

- Neste caso está captando R\$70 milhões com taxas de juros em torno de 40% ao ano;

- Existe previsão de um rombo de caixa neste ano da ordem de R\$50 milhões, sem considerar o pagamento dos bancos, comentados há pouco;

- Para agravar a situação, contrariando uma lei da Assembléia e a Resolução nº 78/98 do Senado Federal, em vigor, vem antecipando o recolhimento do ICMS, já efetuadas as operações nos meses de agosto e setembro;

- A diretoria da empresa, até esta data, não assinou os 'contratos iniciais' com a Gerasul, o que provoca o retardamento da assinatura do 'contrato de concessão' com a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica);

- Comenta-se internamente que a diretoria pretende atrasar o quanto pode a assinatura dos 'contratos iniciais' para que a nova diretoria não tenha tarifas reajustadas, e o que é mais grave: não pagar a conta de energia dos últimos dois meses (novembro e dezembro) sob a alegação de que não possuía contrato assinado;

- Por todos estes fatos, a Celesc apresentou um dos piores resultados (se não o pior) do primeiro semestre deste ano, ou seja, teve uma redução de 45% do seu lucro líquido, o que representa uma redução de R\$15 milhões.

O valor da ação hoje está na ordem de R\$0,40 a R\$0,50, em consequência da venda excessiva dos papéis da Celesc, pois os investidores já estão sabendo (através dos balanços publicados) do uso da Celesc para emprestar dinheiro e repassar ao Governo do Estado."

Srs. Deputados, se não tomarmos as devidas providências, ficará uma dívida para a próxima administração da empresa de aproximadamente R\$ 140 milhões de reais: R\$ 20 milhões do Banco Real (mais juros do empréstimo), R\$ 70 milhões do Banco Bosano Simonsem e mais R\$ 50 milhões praticamente do rombo de caixa, o que praticamente inviabilizará a gestão daquela empresa no próximo ano.

Portanto, estarei solicitando em Plenário, nos próximos dias, em face desses sérios e graves indicativos, a aprovação de uma auditoria a ser feita pelo Tribunal de Contas, com a maior urgência possível, para resguardar mais uma vez o patrimônio público catarinense, neste caso a nossa empresa Celesc.

Nesse requerimento, Deputado Ivan Ranzolin, iremos solicitar também uma auditoria nas contas da iluminação pública, porque temos notícias e documentos provando que diversos repasses foram feitos,

principalmente a alguns Municípios governados pelo Partido do Governo (mas que nunca foram feitos direto às Prefeituras para a utilização em iluminação pública) sem conhecimento das regionais. E algumas aplicaram parte na iluminação pública, outras não aplicaram os recursos da iluminação pública e, sim, em outras despesas.

Isso é muito grave, porque a Celesc vem funcionando como uma agência de fomento para o Governo do Estado e, indevidamente, para alguns Municípios com os quais o Governo tem afinidade.

Esse pedido de auditoria ao Tribunal de Contas, Deputado Gilson dos Santos, será submetido a V.Exa. e a todos os Pares do nosso Partido, e posteriormente a todos os outros Partidos que defendem o patrimônio catarinense.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Pois não!

O SR. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Lício Silveira, quero cumprimentá-lo por trazer este assunto, que já era do meu conhecimento. V.Exa., de uma maneira muito responsável, deixou que a eleição passasse para trazê-lo ao conhecimento da Assembléia Legislativa, a fim de buscar junto ao órgão competente que fiscaliza as atuações das empresas do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Contas, condição de auditar os procedimentos que foram feitos na Celesc.

Eu gostaria apenas de adiantar que os dados que V.Exa. trouxe ao conhecimento desta Casa ensinam, sem dúvida alguma, que essa auditoria não só seja solicitada por V.Exa. e pelo nosso Partido mas que receba de toda a Assembléia Legislativa o respaldo, porque, acima de tudo, a auditoria busca estabelecer a verdade sobre as aplicações de uma empresa que não pode ser banco, que não tem condições de ser banco. Mas, conforme V.Exa. disse, com muita propriedade, ela se tornou uma agência de fomento. E até acho que ela deve ser uma agência de fomento no que diz respeito ao seu fator principal, que é a energia elétrica; agora, as demais operações que ela está propiciando, realmente fogem completamente da atribuição das Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina.

Portanto, de nossa parte V.Exa. terá solidariedade integral, porque estaremos subcrevendo um documento claro, objetivo e que busca restabelecer, acima de tudo, a seriedade no serviço público.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Agradeço o seu aparte, Deputado Gilson dos Santos.

Srs. Deputados, o meu próximo pronunciamento, na semana que vem, será a respeito da rolagem da dívida, aprovada por nós aqui, na Assembléia Legislativa. Infelizmente, no contrato que foi assinado com o Governo Federal, as coisas transcorreram de forma diferenciada do que foi discutido aqui nesta Casa, o que eu considero muito grave, porque ações e ativos da Celesc foram colocados como garantia. E já se diz em voz alta que vão vender uma série de imóveis do Estado. Mas tudo o que for feito terá que ter, pela lei que está em vigor, o aval desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda restam doze minutos do tempo reservado aos Partidos Políticos, cabendo dois minutos a cada Partido no rateio.

Consulto se algum dos Partidos deseja fazer uso desse tempo.

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss, pelo PT, por até dois minutos.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ou duas reflexões nestes dois minutos sobre o verdadeiro bombardeio que sofri logo após a minha fala. Eu queria era discutir o pacote do Fernando Henrique, mas pelo jeito a coisa é mais complicada.

A primeira reflexão, Deputado Ivan Ranzolin, diz respeito à democracia. Temos hoje uma figura latino-americana detida na Inglaterra que também foi eleita democraticamente pelo povo chileno. Aliás, Pinochet hoje é Senador vitalício.

De acordo com o ângulo que se verifique a democracia, é correto. Eu poderia fazer discussões sobre as manipulações, por exemplo, da Constituição chilena para que aquele ditador hoje fosse um ditador vitalício da República chilena.

Aliás, quero dizer mais em relação ao atual Presidente da República, o imperador Fernando Henrique II. Ele, que foi exilado político, até hoje, de forma covarde, não levantou uma questão sobre as mortes de chilenos, de espanhóis e de brasileiros que foram assassinados no Chile. Enquanto o povo espanhol, o povo inglês e outros pedem a punição do Sr. Pinochet, o Sr. Fernando Henrique não levantou a voz, quando amigos seus, colegas seus de exílio foram assassinados por aquele ditador.

Então, temos que aprofundar realmente o conceito de democracia.

Com certeza, nós, no Brasil, lutamos pela democracia, porque sabemos a diferença entre uma ditadura e uma democracia. Sabemos, Deputado Ivan Ranzolin, quem sofre nas ditaduras. Muita gente usa agora o termo democracia com muita facilidade, inclusive alguns que defenderam a ditadura militar que tivemos neste País.

Então, eu me coloco à disposição de continuar essas discussões, inclusive para, conceitualmente, discutir a questão da criação de Municípios. E com certeza, no momento em que o Presidente da República, que V.Exa., Deputado Ivan Ranzolin, apóia, está pedindo para fazer ajuste fiscal e reduzir despesas, não vai ser criando Municípios que nós vamos ajudar o Presidente Fernando Henrique.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Dentro do rateio, os próximos dois minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos dois minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin.

O DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de dizer ao Deputado Carlito Merss que nesta Casa, ao longo de muito tempo, nós exercemos a verdadeira democracia.

Na realidade, Deputado Carlito Merss, V.Exa. analisou aqui a vida de Pinochet, um ditador que chegou ao poder através das forças militares. Agora, o maior ditador que nós temos no mundo não está no Chile, está em Cuba, mas eu nunca ouvi V.Exa. fazer críticas a esse temeroso ditador de Cuba, que colocou no paredão milhares e milhares de pessoas.

Como estamos analisando a democracia no Brasil, eu devo dizer a V.Exa. que nós temos o maior campo para o exercício da democracia, que é esta Casa, onde nós exercemos a nossa atividade.

V.Exa. vai ter agora a oportunidade de fazer esse exercício em Brasília, quando for defender as suas teses. Eu acho que uma tese tem que ser defendida, e o Parlamentar defende-a editando leis, trazendo subsídios, e não criticando seus Colegas de terem sido eleitos e ficando infeliz com isso, como V.Exa. colocou no jornal.

Mas isso tudo também faz parte da democracia, e quero dizer que continuo aplaudindo V.Exa. pela sua eleição e torço pelo seu sucesso!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Olives Santini e Odacir Zonta.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelar Vieira, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Sr. Deputados.)

Estão presentes 25 Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

A Presidência comunica que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Lei nº 244/98, de procedência governamental, que "altera o art. 7º da Lei nº 10.639, de 30 de dezembro de 1997, e dá outras providências";

A Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Lei nº 111/98, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito especial e aprova o orçamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

De acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes, e que não havendo recursos no prazo de duas sessões serão elaborados os respectivos autógrafos, as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 129/98, de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que declara de utilidade pública a liga palhocense de futebol amador, com sede e foro na cidade e Comarca de Palhoça.

Conta com parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.851/98, com prazo para apreciação até 13/11/98, que trata do veto total ao Projeto de Lei nº 223/98, que acrescenta alínea ao parágrafo único do art. 14 da Lei nº 9.163, de 23 de julho de 1993.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de, em conversações com a Bancada do nosso Partido na Assembléia Legislativa, inclusive obedecendo ao que tínhamos deliberado em oportunidades anteriores... E eu vou tomar a liberdade de ler aqui o expediente que encaminhamos ao Sr. Ivânio Alves da Luz, coordenador do Movimento Floripa Sem Pedágio, no dia 17 de setembro de 1998:

(Passa a ler)

"Em atenção ao pleito dirigido através de correspondência datada de 14/09/98, encaminhada aos Deputados da Bancada do Partido Progressista Brasileiro,

após ouvido todos, por unanimidade ficou determinado que manterá sua coerência e justificativa quanto ao Projeto de nº 223/98.

O posicionamento da nossa Bancada continua com o mesmo propósito quando da apresentação e votação do projeto, e por sermos coerentes, permaneceremos com a mesma postura, pois temos a consciência de que a reivindicação dos moradores do Norte da Ilha é justa.

Assim sendo, quanto ao veto do Governador do Estado Paulo Afonso dado ao projeto, a Bancada vai votar coesa pela derrubada do veto; da mesma forma, fará o devido empenho junto aos demais Deputados."

(Manifestação das galerias)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Deputado Olices Santini apresentou uma emenda ao projeto, no qual ...

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin (Intervindo) - Gostaria que V.Exa. lesse a emenda de autoria do Deputado Olices Santini.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - É isso que eu vou fazer neste momento.

(Passa a ler)

"Art. 14 -

Parágrafo único - (...)

e) - veículos cujos proprietários possuem um único imóvel, usando-o exclusivamente para residência permanente, ou que exerçam atividade profissional permanente em que o acesso principal se dê por rodovia localizada exclusivamente no território de um único Município."

Esta é a emenda do Deputado Olices Santini, que foi aprovada nesta Casa. Inclusive, foi promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa mas vetada pelo Governador do Estado.

Não sei se satisfiz o Deputado Ivan Ranzolin, que me fez a solicitação, mas gostaria de ter de S.Exa. a concordância ou não do que acabei de ler.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Deputado Gilson dos Santos, já fizemos essa observação na Comissão de Justiça, de que a lei é genérica, e vamos agora submeter à deliberação da Assembléia a questão do veto, que será rejeitado ou mantido.

No entanto, nós assumimos um compromisso de buscar uma solução definitiva para essa questão, porque isso aí apenas dá uma determinação para o não-pagamento. Justifico, mas precisamos achar uma solução, porque vamos ter outras rodovias, vamos ter outras privatizações.

Na realidade, achamos que não são essas pessoas que devem pagar o pedágio. Aqueles que utilizarem a rodovia com o fim de diversão, de turismo, são os que deveriam contribuir para a sua conservação.

Mas como o assunto não está na pauta, queremos apenas deixar o registro de que a nossa Bancada tem a intenção de encontrar o caminho, a fim de honrarmos a lei que foi votada nesta Casa. Essas pessoas que residem no Norte da Ilha e que têm o compromisso de vir trabalhar não deverão ser responsáveis pela obra. No entanto, temos que agir com responsabilidade para o futuro.

Era essa a observação que eu queria fazer.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Só gostaria de salientar que nós estamos mantendo a coerência, que sempre foi o nosso propósito nesta Casa. Então, é essa a comunicação que gostaria de fazer e este é o encaminhamento que, como Líder de Bancada, faço a todos os meus liderados na Assembléia Legislativa.

Sei que é um assunto polêmico, e deverá voltar a ser muito discutido em um futuro

muito próximo. O futuro Governo é que terá essa responsabilidade. Nós só queremos, neste momento, apenas convalidar aquilo que debatemos durante um longo período nesta Casa.

Provoca-me aqui o eminente Deputado Miguel Ximenes dizendo que este Deputado deve mostrar o voto. O voto em relação a veto, de acordo com a Constituição, é secreto, mas quero dizer a V.Exa., Deputado Miguel Ximenes, que o meu voto será "sim", ou seja, pela derrubada do veto.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros do Movimento Floripa Sem Pedágio, em primeiro lugar, eu gostaria de deixar bem claro que o que está em debate no dia de hoje não é o pedágio em tese, o pedágio enquanto uma parceria entre a iniciativa privada e a administração pública, porque se fosse isto que estivesse em debate, provavelmente teríamos um tipo de polêmica aqui nesta Casa.

O que está em debate hoje é um projeto de lei que trata de um pedágio específico, que está em vias de ser implantado em uma estrada que existe única e exclusivamente dentro do território do Município de Florianópolis, que se chama SC-401. É este o pedágio, apesar de não estar escrito nem no projeto original nem na emenda que o Deputado Olices Santini apresentou, que acabou sendo aprovada na sua redação final.

Nós estamos debatendo o pedágio da SC-401, porque, com exceção daquele caminho que passa pelos Ingleses, Rio Vermelho, Barra da Lagoa e Lagoa, este é o único acesso da grande maioria dos moradores do Norte da Ilha. Eles não têm outra alternativa para vir para o centro a não ser se deslocando pela SC-401. Porque é inimaginável pensar em alguém saindo da praia da Daniela ou de Jurerê que, para se livrar do pedágio, passe por esse circuito turístico muito bonito, que compreende Rio Vermelho, Barra, Lagoa, para chegar ao centro.

Além de não haver outra alternativa, o que está em discussão é o peso financeiro sobre as famílias que moram nessas localidades, ou sobre as pessoas que, morando em outras localidades, têm que se deslocar diariamente para trabalhar no Norte da Ilha.

Pelo valor anunciado do pedágio, R\$ 1,60, qualquer pessoa que se desloque uma única vez ida/volta vai ter um gasto mensal de R\$ 100,00. Isso, no orçamento de qualquer família, pesa! E se nós levarmos esses números ao período que vai durar o pedágio, 25 anos, veremos que irá dar aproximadamente R\$ 30.000,00!

Este é o objeto do projeto, aprovado por unanimidade por esta Casa, e a alteração feita pelo Deputado Olices Santini queria dizer que esta obra da SC-401, duplicada pela iniciativa privada, tem outras características que não são objeto do projeto mas que estão inerentes, estão colocadas e vão fazer parte da discussão, para buscarmos a solução justa para este impasse de quem é que vai pagar a duplicação da SC-401.

O relatório do Tribunal de Contas - e já recomendei que todos os Deputados façam a sua leitura - sobre as obras da SC-401 é uma pérola. Ele tem que ser louvado, porque os técnicos do Tribunal de Contas esmiuçaram aquilo desde o nascedouro, desde a licitação, que foi ilegal, pois não havia projeto-base. E o Deputado Leodegar Tiscoski sabe muito bem que é impossível fazer licitação sem projeto-base concluído.

Como é que se sabe quem apresentou o menor preço viável se a administração pública não tem o valor mínimo da obra? Como é que ela vai julgar se aquele preço que a Engespasa apresentou era um preço factível para realizar a obra? Não havia projeto-base concluído quando a licitação foi feita!

O DER fez inúmeras alterações, que estão citadas no relatório, tirou requisitos importantíssimos de segurança, de atendimento. Por exemplo: estava no contrato o atendimento médico obrigatório, a ser colocado pela Engespasa, e atendimento para os acidentes, atendimento mecânico. Isso foi retirado pelo DER como requisito mínimo! Como é que pode retirar algo que é fundamental para o interesse da população que se serve da rodovia e que estava no contrato quando foi assinado?!

Então, são inúmeras as irregularidades. A Procuradoria-Geral do Estado, consultada depois que o DER já havia feito as alterações, deu, num primeiro momento, através da Procuradora Ana Cláudia, um parecer contundente contrário às alterações. O DER, na figura do engenheiro Gaio, pediu reconsideração, e o Procurador Geni Destri, misteriosamente, mudou o parecer, mesmo com tudo aquilo que a Procuradora Ana Cláudia já tinha, contundentemente, colocado!

Eu não sou engenheira, sou professora de Física, e quero dizer que os engenheiros que construíram aquela obra (já tive oportunidade de dizer isso e vou dizer novamente) não tiveram, com certeza, uma aula de Física na vida, pelo tipo de acesso, de saída, de curva que fizeram lá. É um risco! Qualquer pessoa leiga sabe que é uma afronta à engenharia nacional!

Então, essas questões todas serão debatidas posteriormente, como já disse o Deputado Gilson dos Santos. Nós vamos ter que debater e encontrar uma saída para uma obra mal feita, cara, na qual foi utilizado recurso público. E querem que o público pague, principalmente o do Norte da Ilha!

Tenho absoluta convicção de que esta Casa será coerente. Esta Casa aprovou o projeto por unanimidade, participou ativamente da melhoria da proposta inicial, quando o Deputado Olices Santini apresentou uma emenda aperfeiçoando o texto, deixando bem especificado o seguinte: é apenas para beneficiar o morador que tenha um único imóvel permanente e aqueles que trabalham permanentemente no Norte da Ilha; não é para beneficiar turistas.

Então, é esse o objeto do nosso projeto, aprovado por unanimidade na primeira votação. Derrubamos o veto, por unanimidade, na Comissão de Justiça, e tenho confiança de que vamos derrubar o veto no dia de hoje, para que possamos ter um patamar mínimo de discussão e de busca da solução para a obra da SC-401, pois não pode ser depositado o seu custo nas costas e nos bolsos dos moradores do Norte da Ilha!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, disse à Deputada Ideli Salvatti há pouco que não estava em discussão o pedágio em tese ou a tese do pedágio. Agora, concordo com S.Exa. que uma discussão como essa demandaria uma grande profundidade, até porque entendo que, em função das dificuldades por que passa o Estado, buscar em certas circunstâncias, com absoluta clareza e transparência, parceria com a iniciativa privada é algo que não pode ser descartado.

Também entendo que não merecem consideração neste momento os desdobramentos de natureza jurídica, que certamente defluiram do contrato assinado entre o Governo e uma empresa, expressamente autorizado por uma lei aprovada aqui nesta Assembléia Legislativa.

O ideal, a meu ver, é que se encontrasse uma alternativa de um tratamento diferenciado, de um tratamento privilegiado a todos aqueles que residem e têm residência definitiva do Norte da Ilha, e que tenham como única via normal de acesso a SC-401.

A questão que se sobrepõe a todas as demais mencionadas é a da equidade e da justiça no tratamento das pessoas. Não se pode admitir que algumas pessoas que foram 100% beneficiadas para chegarem em suas casas, com a rodovia totalmente duplicada, nada paguem, enquanto outras tantas, que têm que percorrer mais da metade do trecho que ainda não foi duplicado, tenham que suportar todo o ônus pela duplicação da rodovia.

Portanto, assenta-se antes e acima de tudo numa questão de equidade, de tratamento diferenciado às pessoas contribuintes do Estado de Santa Catarina.

Foi pronunciada há pouco, tanto pela Deputada Ideli Salvatti quanto pelo Deputado Gilson dos Santos, a palavra coerência, e quero afirmar em alto e bom som, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, que o PMDB uma vez mais será coerente, porque na Legislatura anterior o PMDB opôs-se ao sistema de concessão, por isso, nesta oportunidade, manterá coerência votando pela rejeição do veto.

(Palmas das galerias)

Portanto, senhores do Movimento Florianópolis Sem Pedágio, todos os Deputados do PMDB aqui presentes, inclusive o Líder do Governo, votarão pela rejeição do veto. E procederemos como a Bancada do PPB, votando de maneira aberta, para que nenhuma dúvida recaia sobre os Deputados da nossa Bancada.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Leodegar Tiscoski.

O SR. DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, catarinenses presentes ao nosso recinto, como profissional de carreira do Departamento de Estradas de Rodagem, posso e devo tecer alguns comentários a respeito de toda essa grande questão, gerada pós-licitação da concessão da rodovia SC-401 quanto à sua duplicação.

Não tive a oportunidade de me ater aos pormenores do trâmite do contrato, do cumprimento ou não das cláusulas contratuais, das alterações que foram originadas no DER, que provocaram redução de custos, de qualidade dos serviços executados, enfim, mas não poderia, neste momento (e quero fazer a observação em cima de algumas manifestações colocadas pela Deputada Ideli Salvatti), sem querer defender, generalizar a atuação ou a má atuação do Departamento de Estradas de Rodagem.

Se houve mudanças que provocaram prejuízo ao Estado, prejuízo ao usuário, não podemos generalizar o órgão como um todo, mas se isto aconteceu - e tudo indica que deve ter acontecido - tem que ser especificado.

Da mesma maneira eu entendo, como Parlamentar e como cidadão, que deve haver um tratamento diferenciado para aqueles que irão utilizar a rodovia duplicada, principalmente aqueles que residem no Norte da Ilha e tem por necessidade a utilização daquele segmento rodoviário para o seu deslocamento, casa/serviço, serviço/casa,

diferentemente daqueles que irão utilizá-la apenas e unicamente para o lazer.

Por isso mesmo, de uma maneira muito democrática, livre e espontânea, ainda na manhã de hoje recebi em meu gabinete representantes do Movimento Florianópolis Sem Pedágio. Coloquei a eles o assunto que seria discutido com os membros da nossa Bancada na reunião, que aconteceu ainda no dia de hoje, no horário do almoço.

Sem haver a necessidade de fechamento de questão de uma diretriz a ser estabelecida, ou muito menos qualquer orientação por votação aberta ou fechada, é uma questão de consciência. E isso é unânime na nossa Bancada, que teve e tem essa consciência.

Pelos vários motivos ao longo da tramitação do contrato, das mudanças das regras que foram estabelecidas inicialmente e da necessidade da diferenciação do tratamento entre aqueles que usarão essa rodovia, é nosso entendimento, entendimento da nossa Bancada por unanimidade, que deva ser necessário estabelecer regras.

A isenção do pagamento do pedágio para aqueles que residem na região Norte da nossa Ilha, que se utilizam da rodovia para as suas necessidades de profissão e de moradia, é necessária, eles não devem ter a obrigatoriedade do pagamento do pedágio.

(Palmas das galerias)

Estou consciente que esse assunto tem a sua complexidade, porque regras deverão ser estabelecidas para diferenciar os vários segmentos que vão utilizar aquela rodovia. Enfim, deverá ser estabelecida, num futuro próximo, uma regulamentação que permita essa diferenciação.

Por isso, como Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal nesta Casa, encaminhamos a votação pela rejeição do veto, podendo os nossos Parlamentares apresentar o seu voto ou não apresentar, mas os resultados, certamente, serão contados posteriormente à votação.

Agora, é de justiça o movimento, tem fundamento. Inúmeros equívocos e erros, ao longo de toda a história da construção da rodovia, foram colocados, gerando este movimento, que não precisava ter acontecido.

A nossa Bancada foi liberada, mas com certeza é pensamento unânime votar pela rejeição da matéria.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Encerrada a discussão, a votação, nos termos do parágrafo único do artigo 213 do Regimento, será secreta, e versará sobre o projeto vetado.

Votando "sim" os Deputados rejeitam o veto, votando "não" aceitam o veto.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores também encaminha pela votação "sim", ou seja, pela derrubada do veto, para que esta reivindicação justa, de direito, que a Deputada Ideli encaminhou, seja aqui construída.

Acreditamos que todas as Bancadas têm o mesmo encaminhamento, pois o direito do não-pagamento do pedágio pela população do Norte da Ilha precisa ser conquistado.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, em meu nome e em nome do Deputado Francisco Küster, encaminho, sem discurso, pela rejeição do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente, a Bancada do PDT vota pela rejeição do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Embora o meu nome ali não conste, vou votar "sim", pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Feitos os encaminhamentos, passaremos à votação secreta.

Quem votar "sim" rejeita o veto e quem votar "não" aceita o veto.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Gervásio Maciel, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Srs. Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os Srs. Deputados Miguel Ximenes e Norberto Stroisch para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 33 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 33 votos "sim" e nenhum voto "não". Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3852/98, com prazo para apreciação até 13.11.98, que trata do veto total ao Projeto de Lei nº 189/98, que dispõe sobre a estrutura e organização do Sistema Financeiro do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição.

Srs. Deputados, um esclarecimento: na pauta distribuída consta veto total, mas houve um engano, trata-se de veto parcial, apenas o art. 20 é que foi vetado.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Sr. Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, se V.Exa. permite, acho que devo esperar os Srs. Deputados se acalmarem, porque este veto aqui é importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento aos seus lugares, para que possamos ouvir o pronunciamento do Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados...

Deputado Lício Silveira, V.Exa. deseja algum esclarecimento?

Então, permita que eu continue fazendo a minha manifestação. V.Exa. tem que cuidar da Casan, se não o cano vai vaziar logo, logo!

Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados para o veto apostado pelo Sr. Governador ao projeto de lei, aprovado por esta Casa, que regulamenta o sistema financeiro.

Emendas foram feitas por todos os Partidos Suprapartidários - o Deputado Gilson dos Santos lembra muito bem disso -, acompanhados pelos órgãos representativos do Banco do Estado de Santa Catarina, e elas foram de consenso.

O Governador vetou o art. 20, não quer que venha para a Assembléia. E o art. 20 diz o seguinte: "Havendo interesse do Estado, Acionista Majoritário, em firmar Acordo de Acionista que permita o compartilhamento da gestão..."

Portanto, Srs. Deputados, eu peço a todos atenção para este veto, para a sua derrubada.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem desejar rejeitar o veto deverá votar "sim" e quem desejar acatar o veto deverá votar "não".

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, nós votaremos "sim", ou seja, pela derrubada do veto, uma vez que isto foi o entendimento global feito nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Srs. Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os Srs. Deputados Jorginho Mello e Jaime Mantelli para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 32 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 32 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3880/98, com prazo para apreciação até 13/11/98, que trata do veto total ao Projeto de Lei nº 229/98, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.781, de 26 de junho de 1998.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Votamos pela derrubada deste veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não, Deputado Pedro, não! Votamos pela derrubada do veto, que vai beneficiar os funcionários do Ipes!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, a exemplo do que fizemos em situações anteriores, este foi um dispositivo negociado com todos os Partidos Políticos nesta Casa. Nós, mais uma vez, vamos manter a coerência, vamos votar pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, por entender que as razões do veto não se sustentam, uma vez que a alegação é de que implementado o dispositivo previsto na lei haverá aumento de remuneração, e como a esmagadora maioria dos servidores já se acha beneficiada pela medida através de decisões judiciais, não haverá nenhuma repercussão financeira ou essa repercussão será mínima, por outro lado, trata-se de uma questão de justiça dar a alguns servidores que não foram contemplados uma correlação em função de um equívoco havido, implementado através da Lei Complementar nº 83/93.

Por essas razões, o nosso encaminhamento é pela rejeição do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, em nome deste Deputado e do Deputado Francisco Küster, também encaminhamos pela rejeição do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A Bancada votou a favor do projeto, e agora também encaminha pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cesar Souza - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Cesar Souza.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA - A Bancada do PFL, por unanimidade, decide votar pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e que votar "não" aceita o veto.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Srs. Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os Srs. Deputados Eni Voltolini e Gelson Sorgato para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 32 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 32 votos "sim".

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/98, de procedência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que suspende a execução de leis do Município de Laguna.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência consulta os Srs. Líderes se pode fazer a discussão e votação em bloco dos vários projetos de decreto legislativo.

(As Lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único dos projetos de Decreto Legislativo nºs: 017, 018, 019, 020 e 021/98.

Contam com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 182/98, de procedência governamental, que dispõe sobre a caracterização do Estado em dez regiões hidrográficas.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Sr. Presidente, como membro da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, gostaria de registrar o meu veemente protesto às Comissões que analisaram este projeto, já que não passaram à Comissão principal, que é responsável pelos estudos com relação a este assunto.

Em função da importância da matéria, iremos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Em votação.

Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 247/98, de procedência governamental, que denomina João Pessoa Machado o Ginásio de Esportes da Academia da Polícia Civil, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 285/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Tangará.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 071/95 e 380/97, de autoria dos Deputados Gervásio Maciel e Adelor Vieira, que isentam as associações e entidades sem fins lucrativos das taxas e emolumentos.

Ao presente projeto foi apresentado um substitutivo global.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o substitutivo global.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, eu vou votar contrário a este projeto por uma razão muito simples: acho que chega de fazer cortesia com o chapéu dos outros. Veja bem V.Exa.: privatizaram todos os cartórios chamados extrajudiciais. Quando se privatiza não se pode delegar um serviço ao particular e depois obrigá-lo a fazer o serviço de graça.

Eu acho um absurdo este Poder participar desta forma. Ao meu ver, salvo melhor juízo, estamos fazendo cortesia com o chapéu dos outros. Quem vai pagar o livro para o cartório, quem vai pagar o aluguel, pagar o funcionário do cartório? Exigir que o cartório faça trabalho de graça é um absurdo!

Por via de consequência, eu vou votar contra! E quero que fique registrado nos Anais desta Casa!

Até, Sr. Presidente, faço questão que, se possível, a votação seja nominal, para que fique registrado neste Poder os Deputados que são favoráveis a fazer cortesia com o chapéu dos outros.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Pedimos a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Gervásio Maciel.

O SR. DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós também queremos discutir. Já fizemos muito isso aqui. E o Deputado Onofre Santo Agostini tem feito nesta Casa não uma dúzia nem dez dúzias, mas muito mais. E não estamos fazendo cortesia com o chapéu dos outros, é que as entidades de cada Município prestam serviço à sociedade gratuitamente, ajudam. E nada mais justo o cartório também ajudar no registro dessas entidades, porque elas não têm fins lucrativos, não vão buscar coisas para si, vão prestar sempre favores para a sociedade, e há até uma legislação neste sentido.

O nosso objetivo, tanto meu quanto do Deputado Adelor Vieira, é buscar o aperfeiçoamento, melhorar, a fim de que esta Assembléia vote leis para apoiar efetivamente quem se preocupa com a sociedade e não se serve dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Consulto o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini se formaliza o requerimento de votação nominal.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A Presidência defere de plano.

Convido o Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, para proceder à chamada dos Srs. Deputados para a votação nominal, lembrando que se trata de um substitutivo global.

Quem votar "sim" aprova o substitutivo e quem votar "não" rejeita.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO	
(Deputado Adelor Vieira)-	
DEPUTADO ADELOR VIEIRA	sim
DEPUTADO AFONSO SPANIOL	ausente
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	ausente
DEPUTADO CIRO ROZA	ausente
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	ausente
DEPUTADO GELSON SORGATO	sim
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADA IDELI SALVATTI	ausente
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	sim
DEPUTADO IVO KONELL	não
DEPUTADO JAIME MANTELLI	sim
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	sim
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	ausente
DEPUTADO MANOEL MOTA	ausente
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	ausente
DEPUTADO OLICES SANTINI	ausente
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	não
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	ausente
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERGIO SILVA	ausente
DEPUTADO UDO WAGNER	ausente
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	ausente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	ausente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 17 votos "sim" e cinco votos "não".

Está aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto nº 122/97, de autoria dos Srs. Deputados Neodi Saretta e Carlito Merss, que dispõe sobre assistência do Poder Público às vítimas de violência e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foram apresentadas as Emendas Modificativas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação inicialmente as emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Os Srs. que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação o projeto sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem de pesar aos familiares de José Eduardo Nunes de Souza, ex-Diretor da Fundação Catarinense de Desporto.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria dos Deputados Norberto Stroisch e Pedro Uczai, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 012/98.

Sendo ambos Líderes de Bancada, que totalizam o número mínimo exigido pelo Regimento, a Presidência defere o requerimento, embora subscrito por dois Deputados apenas, mas que representam Deputados suficientes para completar o número mínimo exigido pelo requerimento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Saúde, sugerindo a transformação e a conseqüente adequação do posto de saúde em pronto socorro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao Governador do Estado, propondo a concessão de pensão especial para Sidmar Joel Wille.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência faz referência a todas as

pessoas que compareceram a esta sessão nesta tarde, acompanhando a votação dos diversos projetos que estavam em tramitação.

Faz referência também aos representantes do Corpo de Bombeiros Voluntários, que vieram acompanhar a audiência pública para debater o projeto de lei complementar que trata sobre a matéria, dentre eles os ilustres representantes da Corporação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia.

Antes de encerrar a presente sessão, anunciamos a pauta para a sessão de amanhã:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 292/98, de procedência governamental;

Requerimentos nºs 518 e 519, bem como três pedidos de Informação.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES DP

RESOLUÇÃO DP Nº 033/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

SUBSTITUIR o Senhor Deputado Pedro Uczaí pelo Senhor Deputado Carlito Merss na Comissão Parlamentar Especial, constituída pela Resolução nº 028/98, para analisar a representação nº 004/98, em que é representante a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina, e representado o Governador do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 10 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO DP Nº 034/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições:

RESOLVE,

SUBSTITUIR o Senhor Deputado Pedro Uczaí pelo Senhor Deputado Carlito Merss na Comissão Parlamentar Especial, constituída pela Resolução nº 026/98, para analisar a representação nº 003/98, em que é representante a Federação Catarinense de Policiais Cíveis do Estado de Santa Catarina e representados o Governador do Estado, Senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, o Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Marco Aurélio de Andrade e o ex-Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Nelson Wedekin.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 10 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

PROCURADORIA

Michel Curi, Procurador-Geral

Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária

ATA DA 1284ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito (28) dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e oito (1998), às quatorze (14) horas, sob a Presidência do Procurador Chefe, Dr. Michel Curi, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria da Assembléia Legislativa, para deliberar sobre os assuntos constantes da 1284ª sessão ordinária, com a presença dos Procuradores Paulo Rocha Faria, Harry Egon Krieger, Sérgio Carriço de Oliveira, Anselmo I. Klein e Maria Margarida B. Ramos. Havendo número legal, o Senhor Presidente colocou em votação a ata da sessão anterior, distribuída antecipadamente aos Senhores Procuradores, a qual foi aprovada por unanimidade. Iniciados os trabalhos da pauta, foram apreciados os processos com pedidos de vista, que mereceram o seguinte resultado: 1005/98 de Tito Silvestre, Relator Procurador Sérgio C. de Oliveira, teve aprovado por maioria Voto da Procuradora Maria Margarida B. Ramos, pelo deferimento; proc. 1216/98 de Carlos Henrique Monguilhote, Relator Procurador Paulo Rocha Faria, foi aprovado por maioria, Voto do Procurador Anselmo I. Klein, pelo indeferimento do pedido. Saiu da ordem dos trabalhos com pedido de vista do Procurador Anselmo I. Klein, o proc. 991/98 de Mário Augusto Laus, relatado pelo Procurador Paulo Rocha Faria, que deu conhecimento ainda dos pareceres emitidos aos processos: 1410/98 de Jandira Maria Ceppo, 1497/98 de Reinaldo Jorge de Oliveira e 1511/98 de Alexandre Pantaleão Athanásio, cujos pareceres foram

deferidos à unanimidade pelo Colegiado. Da mesma forma aprovados os processos 1441/98 de Marcos Antonio Silveira, 1513/98 de Altair Peixoto, 1525/98 de Juvenal Lino Machado, relatados pelo Procurador Harry Egon Krieger, que relatou o proc. 1230/98 de José Eduardo da Costa, sendo o parecer aprovado por unanimidade pelo indeferimento. O Procurador Sérgio C. de Oliveira, relatou os processos 1493/98 de Liana Valesca F. T. Bianchi, 1519/98 de Luciane Dutra Meurer, que receberam aprovação unânime do Colegiado pelo deferimento; continuando com a palavra, deu conhecimento do Voto dado ao proc. 1379/98 de Jero dos Passos Espíndola, que teve aprovado por maioria o parecer do Relator originário, Procurador Paulo Rocha Faria, pelo deferimento. Foram relatados pelo Procurador Anselmo I. Klein os processos 1452/98 de Ado Steiner, 1531 e 1532/98, ambos de Elisiana B. de Oliveira, cujos pareceres foram aprovados por unanimidade, o primeiro pelo indeferimento e os demais deferimento dos pedidos; do mesmo relator aprovado parecer emitido ao proc. S/N - MEMO 098/98, "justificativa de faltas por participação nas eleições" de Jero dos Passos Espíndola, votando com restrições o Procurador Paulo Rocha Faria. A Procuradora Maria Margarida B. Ramos, deu conhecimento dos pareceres aos processos 1504/98 de Vanoir Guarezi Zacaron, 1523/98 de Jorge Blank e 1526/98 de Juvenal Lino Machado, sendo os pareceres aprovados por unanimidade pelo deferimento. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Maria Aparecida Tridapalli Archer, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1998.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Aos vinte e dois dias do mês de junho, de um mil novecentos e noventa e oito, às dezessete horas, compareceram à Sala de Reunião das Comissões Técnicas os Senhores Deputados Norberto Stroisch Filho - Presidente; Carlito Merss - Vice-Presidente; Miguel Ximenes e Luiz Herbst. Havendo quórum regimental o Senhor Presidente abriu a presente reunião, colocando em discussão e votação a Ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente fez a leitura da cópia do ofício nº 031/98 de 19 de junho de 1998, expedido por esta Comissão à Empresa de Cinema Arco-Íris, convidando seu representante a comparecer à reunião desta Comissão para expor razões e justificar o motivo do descumprimento da lei nº 8.501 de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o benefício da meia entrada para estudantes e adota outras providências, alterada pela lei nº 9.008 de 20 de abril de 1993. Ato contínuo, o Senhor Presidente deu conhecimento aos membros do recebimento do ofício nº PGE nº 412 de 02 de junho de 1998 da Procuradoria Geral do Estado que encaminha informações acerca de movimentação contábil realizada com recursos do FUNJURE - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento, acompanhado com cópia do ofício de nº 11022/97 de 11 de setembro de 1997, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina onde o Pleno decidiu: 1- conhecer e anotar o presente relatório de auditoria ordinária realizada no Fundo Especial de Estudos Jurídicos e Reparelhamento. 2- julga regulares, de acordo com o artigo 41, inciso I da lei Complementar nº 31/90, as contas relativas aos registros contábeis e a execução orçamentária dos meses de janeiro a março de 1997, do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e Reparelhamento, assinado pelo senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Em seguida o senhor Presidente colocou em discussão e votação o Ofício de nº 0010.2/98, de procedência da Procuradoria Geral do Estado, que encaminha documentos relativos às atividades administrativas e financeiras do FUNJURE, do exercício de 1997, sendo aprovado por unanimidade. O senhor Presidente deu conhecimento do recebimento do Ofício de nº 0034.0/98, de procedência do Tribunal de Contas do Estado, onde encaminha as Contas do Governo do Estado, referente ao ano de 1997, composto de cinco volumes e mais quatro relatórios que representam o parecer do Tribunal de Contas do Estado, e que já é do conhecimento de todos que o Tribunal emite à unanimidade Parecer pela Aprovação, com restrições das Contas do Governo Relativas ao Exercício de 1997, prestadas pelo Exmo. Senhor Governador do Estado, DR. Paulo Afonso Evangelista Vieira, com vistas ao Julgamento a cargo da Augusta Assembléia Legislativa. Em seguida o Senhor Presidente informou também que a Relatoria da referida Prestação de Contas do Governo do Estado, caberá ao Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira. O Senhor Presidente comunicou que na próxima semana será a última reunião desse semestre, solicitando o esforço dos senhores membros desta Comissão para não deixarem matérias pendentes. Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de seus pares. Para constar, eu Nelson Martins Filho, Secretário da Comissão, com digitação de Marly Jacques, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros presentes. Sala da Comissão, em 22 de junho de 1998.

Deputado Norberto Stroisch Filho - Presidente
Deputado Carlito Merss - Vice-Presidente
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Luiz Herbst - Membro

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia dois de setembro de mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se as Comissões acima epigrafadas, no plenarinho do Palácio Barriga-Verde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para uma reunião com a presença dos senhores deputados Carlito Merss, Lício Mauro da Silveira, Luiz Herbst, Miguel Ximenes, Manoel Mota e Udo Wagner, contando com a presença do Magnífico Reitor Professor Raimundo Zumblick da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, convidado através de Requerimento nº 343/98, aprovado em sessão do dia 15/06/98, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o Contrato de Financiamento entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para a execução do Projeto de Modernização dos Métodos de Gestão e da Infraestrutura Laboratorial. Havendo quórum regimental, foram iniciados os trabalhos, conduzidos pela Senhora Deputada Ideli Salvatti. Foram apresentados os seguintes documentos originais: I - Empresa Seprol Com. E Sistemas, notas fiscais nºs. 08163 N\$ 5.898,36; 018166 N\$ 1.830,32; 018167 N\$ 14.789,06; 018164 N\$ 8.862,69; 018165 N\$ 3.230,67; 018168 N\$ 1.522,91. Empresa Positivo Inf. Ltda. notas fiscais nºs. 874 N\$ 62.745,00 e 875 N\$ 120.469,00, Empresa Peak Performance Technologies, nota fiscal nº JNB 60.724.2B N\$ 319.919,00; Empresa Yologawa Eletric Coporation, nota fiscal nº YB 6080 177B/S CO1 N\$

37.562,00; Empresa Instrulab, nota fiscal nº 3813/96 N\$ 15.924,00; Empresa Perkin Elmer Ltda, nota fiscal nº 3813/96 N\$ 33.190,00 e a Empresa Compandice S/A, nota fiscal nº Q2098 A N\$ 200.048,00. II - Processo licitatório ou dispensa de licitação com respectivas publicações no Diário Oficial dos: a) Contratos com a Empresa Amerimvest; b) Contrato com o Instituto Evaldo Lodi/MCG; c) Contratos com a fundação ESAG, todos referentes a novembro de 1993 até o momento. III - Com referência ao senhor Paulo Cesar Leite Esteves: a) Todos os contratos firmados com a UDESC ou Fundações ligadas a UDESC; b) Número de matrícula no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (se o referido já teve); b)- Recibos, empenhos de quantias pagas a este senhor, desde 1993 (diárias, passagens, salários e encargos, etc). IV - Relação de Obras Cíveis realizadas no âmbito do contrato com a FINEP: a) Editais publicados; b) Especificar a natureza da obra, local de realização e valor envolvidos. A Senhora Deputada Ideli Salvatti, fez a leitura do convite ao Reitor para que ficasse bem claro: "Os Deputados que abaixo subscrevem, com amparo no artigo 41 e seus parágrafos, da Constituição do Estado de Santa Catarina e nos termos do artigo 246, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, requerem a Vossa Excelência convidar o Excelentíssimo Senhor Professor Raimundo Zumblick, Magnífico Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, para comparecer nas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa desta Casa". O SENHOR PROFESSOR RAIMUNDO ZUMBlick - eu gostaria antes mesmo de iniciar essa cronologia, dizer que nós estamos trazendo aqui não só aquilo que foi solicitado pela Deputada Ideli Salvatti. dos documentos, nós estamos trazendo 9.000 (nove mil) folhas de todo o projeto FINEP, desde a sua data inicial de solicitação, mas também todas as cópias de notas fiscais, cópias de balancetes, que vão ficar à disposição desta Casa, como também está à disposição do Tribunal de Contas do Estado. Encaminhamos à Procuradoria do Estado, à Promotoria do Estado, à Promotoria da República e a todas as Diretorias de Centros para que os Acadêmicos da UDESC, os Docentes e Técnicos Administrativos, na dúvida de qualquer ação administrativa deste processo possam lá verificar a sua exata aplicação e o bom investimento que foi feito na Universidade. A SENHORA DEPUTADA IDELI SALVATTI - Reitor, o Deputado Luiz Roberto Herbst é o Presidente da Comissão de Educação. Quero registrar sua presença. O Senhor Deputado Luiz Herbst pediu a Senhora Deputada Ideli Salvatti que continuasse presidindo a reunião. O Professor Zumblick continuou: "Então Deputados na verdade em agosto de 1996 que a UDESC recebeu a 1ª parcela deste financiamento, o governo do Estado foi ao FINEP, fez um financiamento para a modernização da Universidade. Deste financiamento do Governo do Estado com o FINEP, deu condições de crescimento a Universidade, neste próprio processo. Nós não tínhamos nenhum curso de Mestrado, hoje nós temos implantados seis cursos de Mestrado. Nós tínhamos nove cursos de pós-graduação, fechamos ano passado com 39 cursos de pós-graduação e quero registrar também que, quando assumi em 1994 a Universidade a mim foi dado quatro cursos novos, a implantação, a Fisioterapia, o curso implantado e colocado à disposição da comunidade, o curso de Moda também implantado, o curso de Física em Joinville e o curso de Engenharia Moveleira em São Bento do Sul. Todos eles sem as menores condições de equipamentos. Foi aberto o Vestibular, não tínhamos espaço físico, não tínhamos equipamentos, não tínhamos materiais didáticos, na verdade, não tínhamos nada. O crescimento de obra física foi para mais de 40.000 m². O crescimento a nível de acervo bibliográfico foi na ordem de 31% de exemplares, 32% de periódicos, 41% eu tenho certeza que nenhuma outra Universidade desse País, pública ou privada, em tão curto espaço de tempo cresceu tanto em termos de espaço físico como a nossa Universidade. Eu quero é lembrar, que sem este projeto de modernização, nós não teríamos condições de ter crescido tanto nessa área. A Assembléia me encaminhou documento, pedindo originais das notas fiscais, eu trouxe todas os documentos originais e por uma questão até legal eu tirei xerox e peço se a Deputada Ideli Salvatti tiver interesse em ficar com o original e pediria que o Pró-Reitor ficasse depois da reunião e conferisse os documentos do xerox com o original, já que fazem parte da contabilidade da Universidade. Cabe lembrar ainda Senhores Deputados, sendo este documento um financiamento, ele entrou no orçamento do Estado e repassado ao orçamento da Universidade e ele foi tratado dentro da Universidade como um dinheiro feito de repasse do Governo. Dentro da legislação esses documentos são examinados pelo Tribunal de Contas, que já foi feito e pelo Tribunal de Contas da União. Dentro do que a Assembléia me pediu, eu trago todos os documentos originais como cópia. O SENHOR DEPUTADO UDO WAGNER - Quero saudar o Reitor, a Reitoria em geral, todos os servidores e todos os alunos da UDESC, quero também parabenizar pela conquista desses recursos em forma de financiamento para a modernização da Universidade. A SENHORA DEPUTADA IDELI SALVATTI - Reitor eu gostaria de complementar com alguns questionamentos nos seguintes termos: o primeiro é com relação as obras cíveis do conhecimento que eu tive através dos documentos que nos foram apresentados e que agora passam ser dirimidos com esses novos documentos nas obras cíveis. Estava previsto para adequação de espaço físico e de laboratório, valores na ordem de N\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais), e foram e foram realizadas várias obras cíveis, e uma que me chamou extrema atenção foi a reforma do prédio da ESAG e as obras de ajardinamento no valor de N\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais), portanto num valor só para ESAG, superior o que estava previsto como obra de adequação. O SENHOR DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - eu gostaria de parabenizar o trabalho que Vossa Excelência

e sua equipe vem executando frente a UDESC. Com relação a este projeto de modernização dos métodos de gestão e infra-estrutura laboratorial. Este projeto financiado pelo FINEP isto é uma coisa dinâmica. Estas coisas vão se modificando dia a dia, pois os equipamentos que são colocados no mercado, são equipamentos que constantemente estão sendo modificados e a Universidade tem o papel de buscar tecnologia para que seus alunos tenham acesso às novas técnicas. A Assembléia Legislativa, fez esta solicitação ao Senhor e acredito que o senhor já respondeu tranquilamente aquilo que a Assembléia pediu. O SENHOR DEPUTADO CARLITO MERSS - nós de forma muito séria vamos analisar toda essa documentação. Eu sou Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, e essa é a nossa função, achamos que a transparência, a democracia são fundamentais para que a gente possa, inclusive vender para a população de Santa Catarina imagem da boa Universidade que temos. Quero somente fazer uma pergunta ao Senhor Reitor. Qual é a sua posição filosófica sobre a privatização ou não da UDESC? O SENHOR REITOR - Ninguém mais do que eu tem um compromisso com o ensino público gratuito, mais acima de tudo de qualidade. O SENHOR DEPUTADO LUIZ HERBST - eu gostaria de cumprimentar o Reitor Raimundo Zumblick, e dizer que algum tempo atrás nós recebemos um grupo de pessoas da UDESC e eles fizeram pedido para que a Comissão de Educação fizesse uma análise dos investimentos já citados, eu entendo como presidente da Comissão de Educação, quem faz o Controle é a Comissão de Fiscalização de Controle e Eficácia Legislativa da Assembléia Legislativa, esta Comissão é específica para esses assuntos. Então nós imediatamente enviamos este processo para a devida Comissão, mas entendemos que a Comissão de Educação não pode ficar sem participar deste processo, por isso hoje essa reunião a pedido da Deputada Ideli Salvatti, em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle e Eficácia Legislativa. E o que vai fazer a Comissão de Educação? vai trabalhar no sentido de defender principalmente os profissionais da educação do Estado, defender também os alunos e principalmente o ensino no Estado de Santa Catarina. A SENHORA DEPUTADA IDELI SALVATTI - O Deputado Lício Mauro da Silveira sugeriu a constituição de um grupo de Parlamentar que possa se debruçar nas duas Comissões para analisar os referidos documentos. A Senhora Deputada Ideli Salvatti agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião. Para constar, eu Nelson Martins Filho, Secretário da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1998.

Deputado Carlito Merss - Vice-Presidente
Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro
Deputado Luiz Herbst - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e oito, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões para participar da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, os seguintes senhores Deputados: Deputado Reno Caramori - Presidente; Deputado Leodegar Tiscoski - Vice-Presidente, e os membros, Deputado Norberto Stroisch Filho e Deputado Volnei Morastoni, Havendo "quorum" regimental, o senhor Presidente deu início à reunião, procedendo a leitura da Ata da reunião anterior, sendo aprovada por unanimidade. Passando a discussão e votação dos projetos, o senhor Deputado Norberto Stroisch Filho leu o seu relatório do PL/0182.1/98 que dispõe sobre a caracterização do Estado em 10(dez) regiões hidrográfica e que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A seguir o senhor Deputado Norberto Stroisch Filho leu o seu relatório do PL/0145.5/98 de autoria do senhor Deputado Gervásio Maciel e que altera o art. 3º da Lei nº 10169 de julho de 1996 que autoriza o Governo do Estado a criar Zona Processante de Produtos Florestais e dá outras providências; colocado em discussão, o senhor Presidente solicitou vistas no processo. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião da qual, eu, Augusto Elling Parcias, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata que, depois de lida e achada em todo conforme, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros presentes.

Florianópolis, em 20 de outubro de 1998
Deputado Reno Caramori - Presidente
Deputado Leodegar Tiscoski - Vice-Presidente
Deputado Norberto Stroisch Fº - Membro
Deputado Volnei Morastoni - Membro

*** X X X ***

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.111/98

Suspende execução de dispositivos de lei do Município de Campos Novos

Art. 1º Fica suspensa a execução dos artigos 267, 268, 269, 270 e 271, da Lei nº 2.387, de 25 de novembro de 1997, do Município de Campos Novos, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 98.003160-5, de Campos Novos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.112/98

Suspende execução de leis do Município de Laguna

Art. 1º Fica suspensa a execução das Leis nºs 329, de 19 de novembro de 1993; 389, de 30 de novembro de 1993; 406, de 20 de dezembro de 1994; 416, de 10 de março de 1995 e 484, de 11 de dezembro de 1996, do Município de Laguna, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 97.001091-5, da Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.113/98

Suspende execução de lei do Município de Lages

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei Complementar nº 49, de 31 de dezembro de 1996, do Município de Lages, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 97.002667-6, da Capital.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.114/98

Suspende execução de emenda à Lei Orgânica do Município de Papanduva

Art. 1º Fica suspensa a execução da Emenda nº 002/93, de 22 de novembro de 1993, que deu nova redação aos §§ 5º e 6º, do artigo 33, da Lei Orgânica do Município de Papanduva, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 97.009427-2, de Papanduva.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário
Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso XIII da Constituição do Estado, e art. 112, inciso IV, do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.115/98

Suspende execução de dispositivos de lei do Município de Pomerode

Art. 1º Fica suspensa a execução do artigo 3º, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar nº 01/90, do Município de Pomerode, por força de Acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 97.007927-3, de Pomerode.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 05 de novembro de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Afonso Spaniol - 3º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 048/98

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

OF. GAP-Nº 11738/98

Florianópolis, 28 de outubro de 1998

Exmo Sr.

Deputado **NEODI SARETTA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, artigo 88 da Lei Complementar nº 31, de 27/09/90, e artigo 26, inciso XXIII, do Regimento Interno, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado relativo ao **terceiro trimestre de 1998**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Conselheiro MOACIR BERTOLI

Presidente do TCE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 04/11/98

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 049/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 503/98/OE/TP

Florianópolis, 05 de outubro de 1998.

Exmo. Sr.

Dep. **NEODI SARETTA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Nesta - SC

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no artigo 11º, do Ato Regimental nº 60/90 deste Tribunal, encaminho a Vossa Excelência cópia do acórdão prolatado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 97.002666-8, da Capital, em que é requerente Prefeito Municipal de Lages, para fins de direito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

DES. EDER GRAF

RELATOR

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/98

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 050/98

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício nº 514/98/OE/TP

Florianópolis, 11 de setembro de 1998.

Exmo Sr.

Dep. **NEODI SARETTA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa de SC

Nesta - SC

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no artigo 11º, do Ato Regimental nº 60/90 deste Tribunal, encaminho a Vossa Excelência cópia do acórdão prolatado nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 97.015652-9, de Capinzal, em que é requerente a Egrégia Terceira Câmara Civil, para fins de direito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

DES. EDER GRAF

RELATOR

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/98

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 051/98

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Of. TC/GAP-Nº 11565/98

Florianópolis, 26 de outubro de 1998.

À Sua Excelência o Senhor

Deputado **NEODI SARETTA**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Deputado:

Com os meus cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, cumpre-me comunicar-lhe que o Egrégio Plenário, em sessão de 14.10.98, quando da apreciação do processo nº AOR-0081008/78, que trata de auditoria especial, realizada na Secretaria de Estado da Cultura e Comunicação Social, exarou decisão (cópia anexa) determinando, entre outras providências, representar a essa excelsa Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com fundamento nos arts. 59, XI, da Constituição Estadual, e 27, IX, da Lei Complementar nº 31/90, para que, usando da competência que lhe é atribuída no art. 40, VI, da Constituição do Estado, suste o Decreto nº 020, de 03 de fevereiro de 1995, do Chefe do Poder Executivo, posto que exorbitou do seu poder regulamentar no art. 18, § 1º, I e II e no art. 23, editando normas contrárias à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme exposição constante do item 3, do voto do Relator.

Encaminho-lhe, em anexo, cópia do parecer da Consultoria Geral, do voto do Relator e da Decisão do Tribunal Pleno no processo supra referido.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e distinguido apreço.

Conselheiro MOACIR BERTOLI

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/98

*** X X X ***

Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo

Florianópolis, em 05 de novembro de 1998

Ofício nº 038/98

Exmo. Sr.

Deputado Neodi Saretta

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Nesta Casa

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, convoquei para reunião extraordinária, no dia 11 de novembro, as 17 horas, na sala de reuniões das Comissões, os senhores membros efetivos desta Comissão, a fim de ser discutido com o Chefe do 16º DNER, Dr. Roberto Ribas o andamento das obras da BR-101 e demais problemas envolvendo essa Rodovia.

Para que este processo de convocação surta efeitos legais, solicito a devida publicação no Diário da Assembléia.

Respeitosamente

Deputado Reno Caramori

Presidente da Comissão

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 405/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR IRACEMA VERGINIA MARTINS, matrícula nº 1463, no GP - Cerimonial.

Palácio Barriga-Verde, em 10/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 406/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR MARISTELA D. DA SILVEIRA LIMA, matrícula nº 1969, na Divisão de Recursos Materiais - Setor de Patrimônio.

Palácio Barriga-Verde, em 10/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 407/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR EDMILSON MATTOS, matrícula nº 1505, no Almoxarifado - DRM.
Palácio Barriga-Verde, em 10/11/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 408/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ALEXANDRE LUIZ SOARES, matrícula nº 1256, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 21/10/98.

PORTARIA Nº 409/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARILETE LOPES BARZAN, matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 21/10/98.

PORTARIA Nº 410/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a IVONETE APARECIDA FORNASE, matrícula nº 2031, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 20 (vinte) dias, a partir de 22/10/98.
Palácio Barriga-Verde, em 10/11/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 411/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a PRECILA CARDOSO, matrícula nº 1993, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 26/10/98.

PORTARIA Nº 412/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ANGELINO SAVIO QUARTIERO, matrícula nº 1376, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Gráficos, código PL/ATM-9-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 26/10/98.

PORTARIA Nº 413/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ELIZABETE OLINDA GUERRA, matrícula nº 2114, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-10-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 04/11/98.
Palácio Barriga-Verde, em 10/11/98.
FAUSTO BRASIL GONÇALVES
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 314/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3888

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina".

Palácio Santa Catarina, 29 de outubro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/11/98

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 319/98

Em 20 de outubro de 1998

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva suplementar o programa de trabalho do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 11.510.000,00 (onze milhões, quinhentos e dez mil reais).

2. A suplementação de dotações orçamentárias torna-se necessária para atender despesas com pessoal inativo, pensionistas, serviços de terceiros e encargos, outras transferências a pessoas, despesas de exercícios anteriores e concessão de empréstimos.

3. Para efetuar a alteração pretendida, estamos propondo a anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas às atividades "Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos" e "Assistência Previdenciária ao Servidor Público".

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a continuidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Marco Aurélio de Andrade Dutra

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 314/98

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Programa de Trabalho do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 11.510.000,00 (onze milhões, quinhentos e dez mil reais), anulando parcialmente nas atividades abaixo discriminadas os seguintes elementos e subelementos de despesa:

4700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
4722	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Atividade	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos
Código	4722.15070212.174
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3110.00	Pessoal
3111.00	(40) Pessoal Civil..... R\$ 1.600.000,00
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4100.00	INVESTIMENTOS
4110.00	(40) Obras e Instalações R\$ 95.000,00
4190.00	Diversos Investimentos
4192.00	(40) Despesas de Exercícios Anteriores..... R\$ 55.000,00
4200.00	INVERSÕES FINANCEIRAS
4210.00	(40) Aquisição de Imóveis R\$ 195.000,00
4240.00	(40) Aquisição de Títulos de Crédito R\$ 45.000,00
4250.00	(40) Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado R\$ 25.000,00
4260.00	(40) Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras R\$ 95.000,00
Atividade	Assistência Previdenciária ao Servidor Público
Código	4722.15824922.267
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3250.00	Transferências a Pessoas
3256.00	(40) Benefícios da Previdência Social R\$ 9.200.000,00
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
4200.00	INVERSÕES FINANCEIRAS
4230.00	(40) Aquisição de Bens para Revenda R\$ 200.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nas atividades abaixo discriminadas os seguintes elemento e subelementos de despesa:

4700	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
4722	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Atividade	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos
Código	4722.15070212.174
3000.00	DESPESAS CORRENTES
3100.00	DESPESAS DE CUSTEIO
3130.00	Serviços de Terceiros e Encargos
3132.00	(40) Outros Serviços e Encargos R\$ 510.000,00
3190.00	Diversas Despesas de Custeio
3192.00	(40) Despesas de Exercícios Anteriores..... R\$ 800.000,00
3200.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3250.00	Transferências a Pessoas
3251.00	(40) Inativos..... R\$ 300.000,00
3290.00	Diversas Transferências Correntes

3292.00	(40)	Despesas de Exercícios Anteriores.....	R\$ 500.000,00
Atividade		Assistência Previdenciária ao Servidor Público	4722.15824922.267
Código		DESPESAS CORRENTES	
3000.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3200.00		Transferências a Pessoas	
3250.00			
3252.00	(40)	Pensionistas	R\$ 8.000.000,00
3259.00	(40)	Outras Transferências a Pessoas.....	R\$ 200.000,00
3290.00		Diversas Transferências Correntes	
3292.00	(40)	Despesas de Exercícios Anteriores.....	R\$ 200.000,00
4000.00		DESPESAS DE CAPITAL	
4200.00		INVERSÕES FINANCEIRAS	
4270.00	(40)	Concessão de Empréstimos	R\$ 1.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 315/98

Declara de Utilidade Pública

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a União das Associações de Correia Pinto - UNIASCOP, entidade civil, sem fins lucrativos com sede e foro no Município e Comarca de Correia Pinto.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin

Lido no Expediente

Sessão de 04/11/98

JUSTIFICATIVA

À Luz do disposto no art. 50 da Constituição Estadual, coadunado com o art. 111, inciso I, do regimento Interno desta Casa, submeto à elevada deliberação dos nobres pares, Projeto de Lei que "declara de utilidade pública a União das Associações de Correia Pinto - UNIASCOP, com sede e foro na cidade e Comarca de Correia Pinto.

À proposição em tela, acosto os documentos que a legislação exige.

Diante do exposto, e por considerar a pretensão, justa e merecida, solicito a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 316/98

Altera a redação do § 1º e acrescenta novo parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 10.932, de 27 de outubro de 1998.

Art. 1º O § 1º do artigo 1º da Lei nº 10.932, de 27 de outubro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 1º. Excetua-se do disposto no *caput* os compromissos já assumidos, por convênio, na data da publicação desta Lei."

Art. 2º O artigo 1º da Lei nº 10.932, de 27 de outubro de 1998, fica acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 4º. O disposto no *caput* não se aplica aos convênios firmados pela Secretaria de Estado da Saúde."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

Deputado VOLNEI MORASTONI

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/98

JUSTIFICATIVA

É muito grave a situação da SAÚDE em Santa Catarina, atingindo diretamente os municípios e a maioria da população. O quadro que se antevê é de colapso geral do sistema público, ambulatorial e hospitalar, afetando também o sistema privado, que é dependente do público. A crise vem se arrastando há vários anos, por falta de vontade política, nos 3 níveis de governo, de dar à SAÚDE a prioridade que merece para atender às necessidades da população, através do Sistema Único de Saúde (SUS). Os recursos federais para a SAÚDE, em 1998, são menores que os de 1997, insuficientes para atender a demanda do setor. O recente pacote fiscal editado pelo governo federal pretende reduzir ainda mais os recursos disponíveis para os dois últimos meses deste ano, medida que vai se reafirmar para o próximo ano. O governo do estado também ainda não destina recursos suficientes para a SAÚDE. A crise geral da SAÚDE se agrava ainda mais perante o desemprego vigente, bem como outros problemas sociais que se somam. As informações extra-oficiais demonstram que a maioria dos hospitais de Santa Catarina não terão como pagar o salários, especialmente o 13º dos seus funcionários, neste final de ano.

A situação crítica na SAÚDE também se verifica em outras áreas sociais junto aos municípios.

Por isso, propomos o presente projeto de lei, com o objetivo de alterar a lei Nº 10.932, de 27 de Outubro de 1998, que regulamenta a transferência de recursos públicos mediante convênios a entidades privadas e entes públicos, a fim de excluirmos dos efeitos da mesma os compromissos já firmados, homologados pela Assembléia Legislativa, especialmente na área da SAÚDE.

Da forma como a lei está publicada, acarreta sérios transtornos e prejudica ainda mais a grave situação geral da saúde.

Com certeza, teremos a lúcida compreensão dos senhores deputados e sua pronta ação para resgatarmos, por uma questão de justiça, a normalidade de convênios vitais para as áreas sociais do nosso estado, dos nossos municípios, porque, do contrário, o próprio governo do estado se servirá deste pretexto para justificar o caos e sua inoperância.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 317/98

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Praia Brava, de Itajaí.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Praia Brava, com Sede e Comarca na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, em 23 de outubro de 1998.

Deputado RENO CARAMORI

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/98

JUSTIFICATIVA

A entidade apresentada neste Projeto de Lei, tem por objetivo principal promover e desenvolver atividades assistenciais de fins filantrópicos voltados à comunidade. Integrar, aprimorar os valores culturais, promover o vínculo de solidariedade, representar e defender os interesses da comunidade da Praia Brava, município de Itajaí - SC.

Estando a Associação de Moradores da Praia Brava, enquadrada nas normas estabelecidas pelas Leis nº 7.540/94, 9.704/94 e 10.062/96, submeto à apreciação do Plenário desta Casa, para proporcionar o alcance da Declaração de Utilidade pública da entidade acima citada.

Por entender, ser de real interesse público é que submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 318/98

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade de Moradores da Ponta das Pedras", com sede e foro na cidade e comarca de Laguna.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em 28 de outubro de 1998.

Deputado MIGUEL XIMENES

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/98

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 319/98

Declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá - Fazenda São Jorge, no Município de Araranguá.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá - Fazenda São Jorge, com sede e foro na cidade e Comarca de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstos na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Pedro Bittencourt Neto

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/98

JUSTIFICATIVA

Pelo prescrito no artigo 50 da Constituição Estadual e, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997, submetemos à apreciação e deliberação deste Parlamento, Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública o "Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá - Fazenda São Jorge".

O Centro de Reabilitação Humana é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Foi criado em 26 de fevereiro de 1997, com a finalidade de manter serviços de recuperação de toxicômanos, alcoólatras e outros entorpecentes, através de grupos de apoio e internamento em fazendas com assistência integral, visando sua reabilitação e posterior reintegração na sociedade.

É importante realçar que as atividades do Centro de Reabilitação Humana do Vale do Araranguá se revestem do mais alto espírito de solidariedade e cidadania colocados à disposição da comunidade.

A iniciativa de torná-la Utilidade Pública Estadual, constituir-se-á em incentivo para que suas ações se tornem cada vez mais eficientes.

*** X X X ***